

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/01/14

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Ata nº 28/2014, da reunião de câmara de 2014/12/03			Aprovação
2	Voto de pesar pelas vítimas do atentado terrorista em Paris			Aprovação
3	Reinício da atividade e laboração da empresa ADP Fertilizantes			Conhecimento
4	Programa de rescisões por mútuo acordo na administração local - Assistente técnico	Rui Miguel dos Santos Baião		Aprovação
5	Programa de rescisões por mútuo acordo na administração local - Assistente operacional (canalizador) - SMAS	José Cabral Barbosa		Aprovação
6	Programa de rescisões por mútuo acordo na administração local - Assistente operacional (fiel de armazém) - SMAS	Luís Manuel Cartaxo		Aprovação
	GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento			
	Da competência do Presidente da C.M.			
7	Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal			Conhecimento
8	Legislação síntese			Conhecimento
9	Pagamentos autorizados			Conhecimento
10	Balancetes			Conhecimento

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/01/14

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
11	Autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo - Listagem de contratos - Dezembro 2014	Ana Isabel Teixeira Figueira Amaral Leonardo		Conhecimento
12	Fundos disponíveis 2015 - Introdução do saldo de gerência de 2014			Conhecimento
13	. Outros assuntos Contrato de prestação de serviços por avença - Médico veterinário - Parecer prévio vinculativo			Aprovação
GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA				
14	Relação de atos da competência da câmara municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente	Gasodata - Operações Sobre Imóveis, Lda	Castanheira do Ribatejo	Conhecimento
15	Alteração ao loteamento industrial sito no Cabeceiro dos Álamos - Quintas das Areias - Alvará de loteamento nº 4/97, de 25/09			Aprovação
OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS				
16	Execução de passeios entre a rua da República e a rotunda da Bolonha - Auto de vistoria e receção definitiva e liberação de caução	Vibeiras, SA	Póvoa de Stª Iria	Aprovação
17	Reabilitação da estrada dos Caniços - Póvoa de Santa Iria/Forte da Casa/Vialonga - Auto de vistoria e receção definitiva e liberação de caução	Construções Pragosa, SA		Aprovação
18	Beneficiação e ampliação do Jardim de Infância João de Deus - Auto de vistoria e receção definitiva, conta final e liberação de caução	Socodofil - Soc. Construções Manuel Delgado & Filhos, Lda	Vila Franca de Xira	Aprovação
19	Pavimentação e recargas de pavimentos 2011 - Póvoa de Santa Iria, São João dos Montes, Vialonga e Vila Franca de Xira - Conta final	Construções Pragosa, SA		Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/01/14

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
20	Aquisição de serviços ao abrigo do acordo-quadro da AML - Fornecimento de energia elétrica em baixa tensão normal (BTN) e em baixa tensão especial (BTE) - Adjudicação do lote 1/BTE e anulação do lote 2/BTN EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO	Associação de Natação de Lisboa		Aprovação
21	Alteração ao Regulamento do Salão de Artesanato - Discussão pública AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			Aprovação
22	Parceria de cooperação no âmbito da dinamização de atividades de natação ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			Aprovação
23	Ata em minuta da reunião			Aprovação

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2015/01/14

Aos catorze dias do mês de janeiro de dois mil e quinze, pelas 9h30, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:-----

. Nuno Miguel Marques Libório; -----
. Fernando Paulo Ferreira; -----
. Ana Lúcia Alves Cardoso; -----
. António José Sequeira Félix; -----
. Ernesto Simões Ferreira; -----
. José António da Silva de Oliveira; -----
. Rui Miguel da Silva Pereira; -----
. Maria de Fátima Pires Antunes; -----
. Vítor Manuel Jorge da Silva. -----

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores João Manuel Correia Pires de Carvalho, Aurélio dos Santos Marques e Paulo Sérgio Pinto Rodrigues, tendo sido substituídos pelos Srs. Vítor Manuel Jorge da Silva, Ernesto Simões Ferreira e Rui Miguel da Silva Pereira, respetivamente. -----

Entrou no decurso da reunião o Sr. Vereador Rui Ribeiro Rei, pelas 9h44, durante o período antes da ordem do dia.-----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Sónia Isabel Duarte Ferreira, Assistente Técnica.-----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:-----

Assunto: PRESENCAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA-----

. Chefe do Gabinete-----

Dr. Renato Gonçalves -----

. Adjuntos-----

Jorge Zacarias-----

Drª Susana Santos-----

GABINETE DE APOIO À VERAÇÃO-----

. Adjuntos-----

Dr. Alexandre Sargento-----

Adão Conde-----

. Assessoria-----

João Pedro Baião-----

Bruno Oliveira-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenador-----

Dr. Cláudio Lotra-----

GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS-----

. Coordenadora-----

Drª Isabel Araújo-----

. Prestador de serviços de apoio ao gabinete-----

Dr. Luís Vasconcelos-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Diretor-----

Arqtº Nuno Santos-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS-----

. Diretora-----

Engª Rosário Ferrão-----

. Chefe da Divisão de Infraestruturas Tecnológicas-----

Engº Clemente Rocha-----

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA-----



Reunião de 2015/01/14

Deliberação nº

2/2




Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ATENTADO EM PARIS AO JORNAL CHARLIE HEBDO -----

O Sr. Presidente deu início à reunião, cumprimentando todos os presentes, aproveitando para reiterar os votos de um excelente ano nesta primeira reunião de câmara de 2015, dizendo ainda que antes de passar a palavra à CDU e à Coligação Novo Rumo dará conta de algumas questões breves que quer transmitir. -----

A primeira das quais, que faz parte da ordem do dia, é a semana, que foi marcada pelo ato absolutamente bárbaro e condenável que foi o atentado terrorista em Paris contra o jornal Charlie Hebdo, faz precisamente hoje uma semana. -----

Nesta circunstância, na sequência do Cartoon Xira 2015 vai-se propor às escolas, principalmente dos alunos do secundário, a criação de um mural que vai ser subscrito por esses mesmos alunos, que estará patente no Cartoon Xira 2015, que crê que é uma forma também de homenagear a liberdade de expressão que o cartoon cada vez tem mais em todo o mundo, e em particular no país. -----

Na ordem do dia de hoje haverá ocasião de falar sobre esta questão, com a proposta de um voto de pesar pelas vítimas. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, cumprimentando todos os presentes e desejando um bom ano, aproveitando também para dizer que os vereadores da CDU se juntam ao sentimento do Sr. Presidente em relação aos atentados desta semana em Paris. Naturalmente que condenam os atentados ocorridos na sede do jornal Charlie Hedbo, que não devem ser desligados daquilo que são algumas ingerências e agressões contra os estados soberanos, que levam à promoção de estados de alguma instigação em relação à extrema-direita e à promoção de forças xenófobas e fascistas. -----

É de facto um perigo a instrumentalização de sentimentos de indignação, que podem levar, naturalmente, à promoção de sentimentos racistas e xenófobos, que têm alimentado o crescimento da extrema-direita em toda a Europa. Portanto, condenam estes atentados, e lembram que, não acontecendo na Europa, e provavelmente não tendo o impacto que este atentado teve, há também a registar todos os dias, infelizmente, atentados que levam à perda de vidas humanas, o que é sempre lamentável. -----



Fl. Ata 005

Reunião de 2015/01/14

Proc^o

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
REUNIÃO DO CONSELHO METROPOLITANO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA
NA FÁBRICA DAS PALAVRAS – VILA FRANCA DE XIRA -----

O Sr. Presidente interveio, informando que amanhã vai acontecer, pelas 10h30, na Fábrica das Palavras, na nova biblioteca municipal de Vila Franca de Xira, uma reunião do Conselho Metropolitano de Lisboa, e convida os Srs. Vereadores para o efeito. -----

Em novembro, no período complicado que se teve, houve uma grande solidariedade por parte dos Srs. Presidentes de câmara da Área Metropolitana de Lisboa, do Conselho Metropolitano de Lisboa, e na altura teve ocasião de intervir, não só para agradecer as palavras solidárias que apresentaram à população e concelho, mas solicitando que viessem até Vila Franca de Xira.-----

Nessa sequência, excepcionalmente, o próximo Conselho Metropolitano de Lisboa vai realizar-se justamente amanhã, ficando o convite para os Srs. Vereadores estarem presentes, se quiserem, pois é com todo o gosto que essa presença será vista.

Fl. Livro _____

Fl. Ata **006**

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
INFORMAÇÕES DIVERSAS -----

O Sr. Presidente interveio, transmitindo que a passagem pedonal do Forte da Casa vai ser inaugurada no dia 17 de janeiro, sendo que depois os Srs. Vereadores saberão alguma informação sobre o assunto.-----

Quanto à assinatura do protocolo com a delegação da Ordem dos Advogados do concelho de Vila Franca de Xira para o apoio jurídico às vítimas do surto de "legionella", apesar, de algum modo, desse trabalho já estar a decorrer, a formalidade da celebração em termos de assinatura vai decorrer no dia 20 de janeiro, pelas 11h30, pois, por dificuldades várias, não foi possível fazê-lo mais cedo.-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
REVISTA ZEPHYRUS – PUBLICAÇÃO DE ARTIGO SOBRE TRABALHOS DE
INVESTIGAÇÃO DESENVOLVIDOS PELO MUSEU MUNICIPAL -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que a “zephyrus” é uma revista científica de cariz internacional dedicada às áreas da pré-história e arqueologia, que tem muitos anos, foi fundada em 1950, e é publicada pela Universidade de Salamanca. -----

Regista, com orgulho, o facto de ontem esta revista ter publicado um artigo sobre os trabalhos de investigação desenvolvidos pelo museu municipal, em particular pela equipa que faz esta investigação, nomeadamente os arqueólogos. -----

Este trabalho tem uma colaboração estreita também com investigadores da Universidade de Lisboa, sobre a ocupação do vale do Tejo em meados do primeiro milénio antes de cristo, concretamente a ocupação fenícia em Santa Sofia e na Quinta da Marquesa, na Castanheira do Ribatejo. -----

Portanto, este trabalho que se iniciou já há uns anos a esta parte, de facto, está a ser reconhecido em termos internacionais, o que revela que a aposta feita há alguns anos até hoje está a ter repercussões do reconhecimento desse mesmo trabalho. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
FALTA DE ILUMINAÇÃO NO BECO DOS FERREIROS – VIALONGA-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que infelizmente a situação da falta de iluminação no Beco dos Ferreiros, em Vialonga, continua, e portanto mais uma vez os membros da CDU deixam o desagrado pela situação, pedindo que a câmara municipal tente, junto da EDP, resolver rapidamente a questão.-----

Foi colocado há relativamente pouco tempo um abrigo rodoviário novo nesta zona, e antes que seja partido pela falta de iluminação, e que continue, o que é ainda mais grave, a questão dos assaltos na zona, era bom que a câmara municipal fizesse pressão junto da EDP, para resolver rapidamente este problema.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que não sabe se o Sr. Vereador António Oliveira tem alguma questão, e se tiver depois dirá o que souber sobre a matéria. --

Interveio mais tarde o Sr. Vereador António Oliveira, referindo que não só hoje, mas anteriormente, no âmbito de Vialonga, há um chamado “pacote” junto da EDP, e parece que finalmente a câmara municipal conseguiu chegar à fala com o diretor-regional de operações, que já esteve reunido em três locais. Até ao final deste mês conta sentar-se à mesa com ele, porque, no âmbito do concelho, existe uma chamada conta-corrente com a EDP, de trabalhos para executar. Efetivamente as coisas têm-se vindo a alterar, depois destas mudanças internas na EDP, e provavelmente sobre isso estar-se-ia muito tempo a falar, mas é caricato, e o Sr. Presidente já falou, dentro da EDP, neste momento, saber quem fala com quem, o que é complicado, e já nem se colocam as questões de pagar. Sabe-se que se tem de pagar, paga-se à cabeça, e têm que se defender os interesses de Vila Franca de Xira. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que nem se discutem os orçamentos. -----

Retomou a palavra o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo que já se chegou a esse ponto, pois se se estão a discutir orçamentos, então o processo arrasta-se por não sabe quanto tempo. -----

Efetivamente estes pontos estão em cima da mesa, nomeadamente o célebre poste do CPCD – Centro Popular de Cultura e Desporto, que acompanha há 35 anos, em que já não diz nada sobre ele, porque só acredita quando vir. Já se conseguiu algo em relação a essa intervenção, ou seja, fazer uma reunião no local

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 009

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

com o próprio diretor de operações, os serviços técnicos da câmara municipal e os serviços técnicos da EDP, para se analisar a movimentação daquele poste. Os serviços já se pronunciaram, nomeadamente o urbanismo, e também esteve presente no local, tendo-se definido uma parcela. Agora, "já chegou ao patamar de São Tomé", e aquilo que diz à Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso é que sobre todas essas situações está a aguardar, e quer crer que terá chegado o momento de "falar com o homem". -----




Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
MATA DO PARAÍSO - VIALONGA -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que pretende fazer uma pergunta, que tem a ver com a Mata do Paraíso, porque os membros da CDU souberam que é intenção do proprietário, sabendo-se que não é pública, mas privada, de vedar o espaço, e para além disso fala que ali irão ser construídos fogos. Souberam disto e ficaram espantados, até porque segundo o PDM aquele é um espaço natural, onde não é permitida a construção. -----

Chegou também ao conhecimento que é intenção do proprietário, que já colocou até a proposta, vender o espaço à câmara municipal no valor de 220 000,00€. A questão que colocam é se isto tem alguma razão de ser, se há algum fundo de verdade nesta intenção, até porque a Mata do Paraíso, sendo um terreno privado, foi sempre considerada pública por parte da população da freguesia de Vialonga e não só. -----

É a população que naturalmente usufrui do espaço, que tem fortes ligações a esta zona, e inclusivamente a câmara municipal, no ano de 2005, pediu um estudo preliminar para a construção de um parque urbano ao Professor Sidónio Pardal. Esse estudo foi apresentado numa iniciativa pública, e parece-lhes que é também interesse da câmara municipal que o espaço venha à propriedade do município, para se desenvolver o projeto já pensado há mais de 9 anos. -----

Portanto, gostariam de perguntar se, de facto, a câmara municipal sabe desta intenção, e o que pensa fazer em relação a ela. -----

Respondeu o Sr. Presidente que de facto chegou a informação que o proprietário queria vender a mata. É uma matéria que não estava prevista no plano e orçamento, mas diga-se que o plano e orçamento também são dinâmicos, para quando surgem “janelas de oportunidade” para resolver algumas questões antigas, neste caso já com alguns anos. O projeto existe e as intenções mantêm-se, de transformar aquela mata num bom parque de lazer, tendo o mesmo um volume financeiro enorme, conforme o Professor Sidónio Pardal fez no Porto, em que o parque da cidade ainda continua a ser construído, e já lá vão 20 anos, considerando a grandiosidade da intervenção. Também na Mata do Paraíso o projeto prevê um faseamento. -----

Existe o projeto, o terreno não é da câmara municipal, abre-se agora uma "janela de oportunidade" e se for possível talvez se consiga, com a aprovação de todos, na medida em que não tem competência para tal, como julgava que tinha, senão resolvia já num "instantinho", se financeiramente houvesse condições para o efeito, ponderar a questão.-----

Interveio mais tarde a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, reportando-se à questão da vedação e da construção, porque o Sr. Presidente não respondeu a esta preocupação dos membros da CDU. Para já, gostariam de se certificar que estão a olhar bem para o PDM e que, de facto, não é possível ali construir nada. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que em parte é possível. -----

Tomou de novo a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando o espaço que é a mata. -----

O Sr. Presidente interveio novamente, para referir que numa pequena parte é possível. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, perguntando se o Sr. Presidente está a falar na zona que já tem inclusivamente infraestruturas feitas, que fica perto do Moinho do Serpa, tendo o Sr. Presidente respondido que não é essa, é uma outra. --

Prosseguiu o Sr. Presidente, dizendo que é preciso, em primeiro lugar, saber qual é a propriedade, porque pode ter mais que um titular. Se a propriedade abranger toda a zona em que foi elaborado o projeto feito pelo Professor Sidónio Pardal, está-se a falar da mesma coisa. Se for outra coisa tem que se avaliar. -----

Aquilo que vai saber é do que se está a falar, e pode fazer um contacto com o proprietário, para saber se efetivamente aquilo que a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso colocou é assim ou não. Por esse valor que colocou é um bom início de negociação, mas pode-se encontrar ainda um valor mais interessante. -----

Assim, em primeiro lugar, há que avaliar qual é a propriedade em concreto, e depois falar com o proprietário, para confirmar aquilo que a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso referiu, que abre uma possibilidade que lhe parece bastante interessante. Também tem que dizer que o mais fácil é adquirir a propriedade, e o mais difícil vem a seguir, que é pôr em execução o projeto. -----

Tomou novamente a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo, se se vai ficar com a mata vedada, com a possibilidade de lá se fazer não sabe bem o



Fl. Livro _____

Fl. Ata 013

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PONTO DE SITUAÇÃO DAS AUGI -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, cumprimentando todos os presentes, dizendo pretender colocar algumas breves questões. Quanto à primeira, os membros da CDU solicitam que o Sr. Presidente possa fazer chegar o habitual ponto de situação das AUGI. -----

Recordam que há um prazo muito limitado, e que se caminha a curto prazo do término do período excecional que a Assembleia da República deu às autarquias locais para legalizar e resolver as ainda áreas urbanas de génese ilegal, nos diferentes territórios, que no concelho de Vila Franca de Xira, como se sabe, tem uma particular expressão. -----

Interveio o Sr. Presidente, solicitando ao diretor do Departamento de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana que, para a próxima reunião de câmara, possa trazer esse relatório do ponto da situação. -----

Aquilo que diz, na sua opinião, é que a complexidade é tal que, ou há um outro período de prorrogação do prazo excecional, ou teme que não se consigam resolver algumas das matérias, ou situações que não se vão conseguir de todo resolver, tendo em vista a dificuldade que têm.-----

Também teme que este não é um problema só de Vila Franca de Xira, é um problema geral, que os municípios têm alguma dificuldade em resolver na totalidade, de qualquer modo está-se a fazer um trabalho no sentido de conseguir fechar o maior número de situações. -----

-----



Reunião de 2015/01/14

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
REQUERIMENTO Nº 27/2014 – AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL PARA CONSTITUIÇÃO DE
PROPRIEDADE HORIZONTAL -----

Como estranharam que desde novembro até à data não tenham tido qualquer tipo de resposta sobre um requerimento para autorização de uma eventual constituição de propriedade horizontal, no âmbito de um atendimento que efetuaram, se o Sr. Presidente não se importar dão-lhe novamente cópia, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para solicitar a respetiva informação. -----

Respondeu o Sr. Presidente que houve um lapso, pois em vez de se ter enviado a resposta para os membros da CDU, enviou-se para a Coligação Novo Rumo. Pede desculpa por isso, e ainda hoje pedirá aos serviços que enviem a resposta para o local certo, para quem enviou o requerimento.-----

Lamenta e pede desculpa, pois a resposta já existe há algum tempo. -----



Requerimento nº 27/2014
(Autorização municipal para constituição de propriedade horizontal)

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal

Tendo presente que há questões legais a observar, além do Plano Diretor Municipal, os vereadores da CDU solicitam informação sobre a viabilidade de autorização municipal para constituição de propriedade horizontal ou emissão de certidão de destaque de parte de uma propriedade, no âmbito do alvará de licença para obras de construção e regularização de construção existente, n.º 41/14, processo n.º 55/12 ONEREDPDM, na Rua Ferreira de Castro, Casal da Bica, Arcena, freguesia de Alverca do Ribatejo.

Este pedido de informação prende-se com o facto de os vereadores da CDU, no atendimento aos munícipes, ficarem conhecedores que é intenção do requerente, o Sr. Firmino Manuel Casquinha delegar o desenvolvimento do processo na sua família direta, que inclui a continuidade da construção da habitação licenciada, além da regularização do existente. Segundo informação que nos foi transmitida pelos próprios, a referida intenção estará dependente de uma apreciação e competente decisão camarárias no que respeita à possibilidade de efetuar destaque ou instituir o prédio em propriedade horizontal.

Para os devidos efeitos e estando disponíveis para apreciar toda a informação que V. Ex.ª entenda como relevante, aguardamos pela melhor resposta.

Vila Franca de Xira, 26 de Novembro de 2014

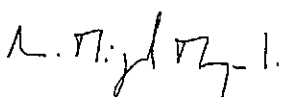
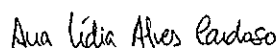
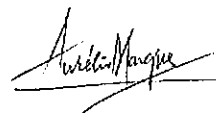
Os vereadores da CDU

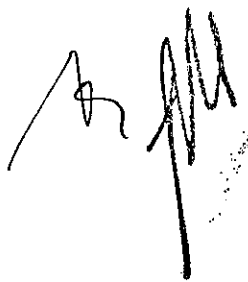
Nuno Libório

Ana Lídia Cardoso

Aurélio Marques

Margarida Cavaleiro





Fl. Livro _____

Fl. Ata **015**

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
ESTADO DE SITUAÇÃO DOS PARQUES INFANTIS, DESPORTIVOS E GINÁSIOS AO AR
LIVRE -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU foram conhecedores que a câmara municipal, no âmbito de um trabalho que entendem ser normal, desenvolveu com a Junta de Freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, um procedimento de rotina, no sentido de avaliar o estado de situação dos parques infantis, desportivos e ginásios ao ar livre. Aliás, parece-lhes correto que essa avaliação seja feita, no âmbito das competências delegadas com as juntas de freguesia, para a manutenção dos equipamentos coletivos. -----

No entanto, há algo que lhes parece estranho, situação para a qual solicitam a opinião da câmara municipal e do Sr. Presidente em particular, no sentido de se poder emendar algo que na opinião que têm falhou. -----

Todos sabem que a legislação para os parques infantis e para os equipamentos coletivos é muito apertada, sendo que quase todos os anos são efetuadas emendas legislativas que sobrecarregam as autarquias, no sentido de investir, a bem da segurança dos seus utilizadores, o que lhes parece absolutamente correto, mas com tanta alteração legislativa, e com a frequência com que sucedem, há investimentos de natureza financeira que devem ser obviamente acautelados, e que muitas das vezes não estão previstos. -----

Assim, se se tiver que ter em conta a preocupação da junta de freguesia, de um momento para o outro, muito provavelmente, esta união de freguesias fica com um muito significativo conjunto de equipamentos coletivos impedido de utilização pública e coletiva. -----

Portanto, entendem que, no âmbito do contrato interadministrativo, a câmara municipal deverá ter uma atenção particular, não só com esta autarquia de freguesia, mas com todas, para medir o alcance daquilo que efetivamente precisa de ser reparado, consertado e gasto, do ponto de vista financeiro. O contrato de delegação de competências efetuado com esta junta de freguesia, bem como com todas, prevê medidas de conservação e de gestão corrente, não prevê obras desta natureza, para que estes equipamentos se conformem às recentes alterações legislativas, e não se pode ficar numa situação de impasse. -----

Percebendo que, por uma questão de princípio de precaução e de cautela, é importante garantir a segurança de todos os seus utilizadores, é igualmente importante que a câmara municipal, como detentora da responsabilidade maior sobre estes equipamentos, de duas, uma, ou assuma as obras que são sua competência assumir, ou descentralize para as autarquias de freguesia as verbas necessárias para a realização dessas obras de fundo, que são necessárias para que não se possa ter, de hoje para amanhã, uma situação de força maior, com prejuízo para os seus utilizadores. -----

Esta é uma recomendação, e seguramente o Sr. Presidente, em particular, terá uma opinião já muito própria e vincada sobre esta matéria, até porque os membros da CDU sabem, pela correspondência que lhes foi dada a conhecer, que esta junta de freguesia, e seguramente outras deverão estar a fazê-lo, se dirigiu ao Sr. Presidente, no sentido de solicitar os seus bons ofícios. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que às vezes, em Portugal, quer-se ser tão vanguardista e progressista na legislação que se produz, que depois se cria uma dificuldade tremenda para conseguir ir ao encontro dessa mesma legislação. Há municípios, mesmo da Área Metropolitana de Lisboa, que não tiveram outra condição, e até municípios que parece terem outra capacidade financeira que não a de Vila Franca de Xira, do que pura e simplesmente fechar a maioria dos parques infantis, e não lhe parece que seja essa a solução. Há matérias de que já falou uma ou outra vez com o Sr. Vereador António Félix, que tem responsabilidade nesta área, para que se faça um levantamento geral, que existe, e cujo relatório já foi enviado aos Srs. Presidentes das juntas. Eles conhecem exatamente esse levantamento e o estado desses parques infantis, e provavelmente os Srs. Presidentes de junta, ou têm condições, ou não têm. -----

É verdade que no quadro da delegação de competências estão-lhes a ser transferidos meios financeiros para o efeito, mas se efetivamente não conseguem, têm que transmitir claramente à câmara municipal que não têm condições para resolver esta ou aquela questão, e até compreende que, devido ao volume do vandalismo que às vezes acontece, ou pelo uso desses mesmos parques infantis, talvez as juntas de freguesia não tenham condições de avançar com a reparação. -- De qualquer modo, se calhar há um ou outro parque infantil relativamente ao qual

se terá de tomar a decisão de realocar ou transformar, sendo esta uma reflexão que se tem de fazer, que é muito profunda, não é casuística e tem que ser feita em termos gerais. -----

Interveio mais tarde o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo de novo esta questão dos parques infantis e espaços coletivos de utilização coletiva, onde se incluem os ringues e espaços multiusos, no âmbito da gestão estratégica com as autarquias de freguesia. -----

Naturalmente que o Sr. Presidente disse, e os membros da CDU reconhecem, que há situações diversas que explicam algum do estado de degradação, como o vandalismo e a utilização, pois os equipamentos sofrem desgastes, mas na opinião que têm há também alguma falta de investimento preventivo por parte da câmara municipal, a par das sucessivas mudanças da legislação, no que aos parques infantis diz respeito. -----

Defendem que a câmara municipal deve assumir custos quando estão para além das meras obras de conservação para os referidos equipamentos, e muitos dos casos que lhes foram dados a conhecer por esta união de freguesias são exatamente casos que exigem obras ou substituição de partes dos equipamentos, que é um custo idêntico ou igual, nalguns casos, como se se tratasse de obra feita de raiz. -----

Esse não é seguramente o espírito dos contratos interadministrativos, nem, por um lado, são transferidas as verbas necessárias para as autarquias de freguesia assumirem aquelas que são as suas responsabilidades. Naturalmente que terá de ser feita uma análise particular e com o devido detalhe, com correspondência e ponderação do que se trata, e por isso mesmo, se o Sr. Presidente não se importar, solicitam que esse levantamento lhes seja dado a conhecer, para terem mais informação para além daquela que lhes foi remetida pela União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, e para avaliarem, no âmbito da câmara municipal se, de duas, uma, ou se reforçam os contratos financeiros inerentes às perspetivas de conservação, que em muitos dos casos exigem obras de fundo, ou a câmara municipal assume a sua responsabilidade, que é tratar de fazer, como se costuma dizer, quase de novo o equipamento, sem prejuízo de uma avaliação, que tem que ser obviamente e obrigatoriamente feita com os Srs.



Fl. Livro _____

Fl. Ata 018

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

Presidentes das juntas. -----

Esta é a posição dos membros da CDU, e pedem ao Sr. Presidente, porque se trata de um assunto extensivo a todas as freguesias, que se possa continuar a abordar esta matéria. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que passará depois a palavra ao Sr. Vice-Presidente, pois a descentralização é uma das suas áreas de competência. Contudo, as situações estão muito claras e bem definidas, estando-se num processo absolutamente novo, em que se estão todos a adaptar, e também tem a dizer que uma fatia importante do orçamento da câmara municipal é justamente para ajudar as juntas de freguesia a executarem as suas tarefas. -----

De qualquer modo, há matérias que têm a ver com os relatórios que as juntas vão enviando, e nessa medida tem que se avaliar o que foi feito, o que não foi feito, quais as dificuldades, etc. Portanto, neste momento dizer muito mais do que isto é prematuro, na sua opinião. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, secundando esta última intervenção por parte do Sr. Presidente, informando que ainda se está a aguardar que as juntas de freguesia entreguem os relatórios referentes ao segundo semestre de 2014, e simultaneamente o relatório global de toda a aplicação dos acordos de descentralização de competências entre a câmara municipal e as juntas referente ao ano de 2014. -----

Só nessa altura é que se fica com uma noção exata do que fizeram e do que receberam, e esse será o momento para depois se poder fazer algum pensamento diferente sobre o que tem vindo a ser feito. De qualquer das maneiras, as competências nessa matéria também estão perfeitamente definidas, incluindo as que foram transferidas. -----

Logo que se tenham os relatórios das juntas de freguesias a questão virá a reunião de câmara, é uma discussão que se haverá de fazer na câmara municipal, e até na assembleia municipal, porque os relatórios devem ser apreciados, tanto pelo órgão executivo, como pelo órgão deliberativo. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que ficou a ideia de que a câmara municipal tem neste momento um relatório sobre o estado de situação dos parques infantis e dos equipamentos coletivos. -----



O Sr. Presidente interveio, referindo que como disse o Sr. Vice-Presidente essa informação está na posse dos Srs. Presidentes de junta.-----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, pedindo o favor da câmara municipal os fazer chegar, para os membros da CDU terem também uma análise e opinião fundamentadas.-----

Pergunta ainda, perante esse relatório, se o Sr. Presidente confirma que há outras situações idênticas às que hoje relataram, ou seja, se há, de hoje para amanhã, a iminência de uma série de equipamentos coletivos no concelho poder ser interdita em função de alterações de legislação. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que Srs. Vereadores vão ter oportunidade de ler o relatório, e vão concluir aquilo que é a realidade, ou seja, há dificuldades, mais num lado, que noutro, dependendo também da atitude que as juntas de freguesia têm tido ao longo destes anos, porque há umas que investem numas coisas, outras que investem noutras, e cada um assume essa mesma gestão. Por isso, também é reflexo da forma como os parques infantis estão. -----

O que diz claramente ao Sr. Vereador Nuno Libório é que a análise tem que ser para verificar se alguns parques infantis ainda se justificam ou não, porque num determinado contexto justificavam-se naquela zona e provavelmente hoje em dia justificam-se noutras. A questão do uso é outra coisa, mas o vandalismo é de tal ordem que, se calhar, terá que se ponderar o encerramento de um ou outro parque infantil. De qualquer modo, é uma análise que se irá fazer, os Srs. Vereadores irão ter o relatório, vão analisar, e poder-se-á voltar ao assunto numa outra oportunidade. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que caso a caso é uma análise particular, mas, daquilo que já conhecem, pelo menos da posição da Junta de Freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, há a opinião, e seguramente o Sr. Presidente já teve oportunidade de ler o mesmo ofício que lhes foi dado a conhecer, que houve um claro desinvestimento da administração da câmara municipal nos últimos anos, até à data da entrega de alguns desses equipamentos, quando aconteceu, em abril de 2013.-----

O Sr. Vice-Presidente diz que não é verdade, a junta diz que é, enfim, o que se passa, antes de querer concluir quem diz a verdade ou não, é quem assume as

responsabilidades. Aquilo que os preocupa, muito sinceramente, é que se as autarquias partilham uma responsabilidade delegada, se não faz uma por delegação de competências, deve garantir à outra, neste caso, à junta de freguesia, os correspondentes meios financeiros para assegurar que os equipamentos estão em condições de prestar o serviço público que sempre asseguraram às respetivas populações. -----

O Sr. Presidente diz que poderão existir equipamentos que, aqui ou acolá, são suscetíveis de ser relocizados, ou pura e simplesmente extintos, e não sabe se será bem assim, pois a opinião dos membros da CDU é a de que, se há algo que falta no concelho de Vila Franca de Xira, são exatamente estes espaços de entretenimento, lazer e encontro coletivos, que muita falta fazem aos bairros e localidades. Não havendo objeções de princípio sobre aquilo que o Sr. Presidente disse, têm algumas dúvidas de que possa ser mesmo assim. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que nos últimos anos se tem evoluído bastante na questão da criação de equipamentos, destes e doutros, mas está-se a falar destes, e evidentemente que a criação destes equipamentos traz outra dificuldade, que é a sua manutenção. Muitas das vezes construir é o mais fácil, e quando, muitas das vezes, os Srs. Vereadores reivindicam mais esta intervenção, aquela ou aqueloutra, e politicamente fazem o seu papel, no fundo começam a olhar para os orçamentos e aquilo não é infinito, é finito.-----

Sobre esta questão têm que se encontrar as soluções possíveis, e mais vale analisar com uma reflexão, que sempre se fez. Fez-se o trabalho de fundo, que é analisar caso a caso, e provavelmente hoje, se se fosse fazer uma nova avaliação, se calhar já havia outras situações, mas todos os anos é feita. -----

Portanto, os Srs. Vereadores vão analisar esses relatórios, e depois logo se verá como é que se haverá de evoluir nesse sentido. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
TRAVESSA DA LOURENÇA – VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, cumprimentando todos os presentes e desejando um bom ano, começando por levantar algumas questões de Vila Franca de Xira, como é apanágio dos membros da CDU fazê-lo relativamente aos locais onde se realizam as reuniões de câmara, e concretamente de uma rua bem perto, a travessa da Lourença, uma artéria que na sua extensão não tem nenhum sumidouro de água, e que tem uma ligeira inclinação. Quanto àquilo que são as preocupações de quem ali reside, quando há água, e quando vem em quantidade, a situação torna-se um pouco complicada, para além da irregularidade do piso, que tem neste momento alguma erva verde. -----

Assim, chamam a atenção para o perigo desta situação. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que este trabalho terá que ser feito depois da intervenção dos SMAS. Há questões que se prendem com a melhoria de condutas de saneamento, e crê que também de abastecimento de água, que têm que ser renovadas, pelo que não se poderá ali intervir sem os SMAS fazerem esta intervenção. -----

De qualquer modo, quando os SMAS avançarem com a intervenção farão aquilo que habitualmente tem vindo a acontecer, numa relação mais estreita entre a câmara municipal e os serviços municipalizados. Existe uma intervenção, há que reparar o piso, e no âmbito desse mesma intervenção de renovação das condutas também se faz a reposição do piso. -----

Neste caso vai-se evoluir para uma solução que se fez na Póvoa de Santa Iria, e também uma solução semelhante na travessa dos Avieiros, antiga travessa do Mercado, da drenagem ser para o eixo da via, se bem que a travessa da Lourença é muito estreita, e há ali algumas dificuldades de trabalho. Toda a drenagem vem para o eixo, e desta forma toda a água que hoje vai para as casas passa a ir para o eixo do passeio. -----

Assim, a travessa da Lourença, este ano, vai ser requalificada desta forma. -----

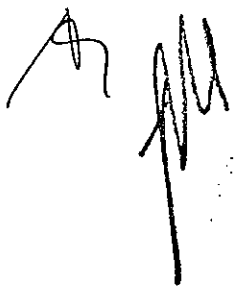
Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
SITUAÇÃO DO PISO DA RUA CAPITÃES DE ABRIL – A-DOS-BISPOS – VILA FRANCA DE
XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, referindo-se a A-do-Bispos, em Vila Franca de Xira, dizendo que da visita que os membros da CDU fizeram à rua Capitães de Abril, aquilo que se tem ali é o piso em calçada, num estado completamente lastimável, bem pior do que a situação que referiu anteriormente, em termos de irregularidade. Depois farão chegar as fotografias, conforme é habitual, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, no sentido de se perceber melhor a dificuldade do piso, que tem uma situação complicada. -----



Deliberação nº

Respondeu o Sr. Presidente que se está a evoluir já há algum tempo, desde 2013, continuou-se em 2014 e vai-se continuar durante este ano, na requalificação de toda aquela zona, onde se pretendem criar essas condições pedonais, com os passeios. Os lancis já existem, era uma antiga urbanização que não evoluiu, de modo que, no fundo, é criar as condições para as pessoas passarem ali com segurança, o que não acontece hoje. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

TORRE DE CIMA E CAPELAS – OBRAS DOS SMAS – VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, referindo-se à urbanização da Torre de Cima e Capelas, em Vila Franca de Xira, nomeadamente às obras dos SMAS que estão a ser realizadas. -----

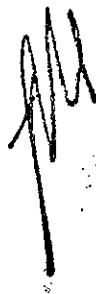
Naquela zona, como em muitas da freguesia, e provavelmente no concelho, há dificuldade de estacionamento, e as obras neste momento realizadas, e bem, com a subida de passeios, nomeadamente na área onde está o posto de transformação – PT, e uma paragem de autocarros, entre as ruas Fernão Lopes e uma outra, que era uma zona de estacionamento, embora seja um espaço que pensa ser público, que não está tratado, inviabilizaram o estacionamento de viaturas. -----

Se calhar foi bem, só que poder-se-ia eventualmente fazer algo, mas não sabe se neste momento é possível. O passeio estava baixinho, toda a gente punha o carro ali, mas neste momento subiu ligeiramente, com a obra dos SMAS subiram todos os passeios, o que impede de alguma forma o estacionamento de carros, dificultando hoje quem chega durante a noite. -----

Percebe que a obra está bem-feita, dificulta é o estacionamento, e não há. Com o estaleiro da empresa que está lá a realizar as obras pior ainda, pelo que há uma dificuldade. É evidente que irá embora, mas é pena não se arranjar a zona, porque é uma área de mato que ali está. -----

Esta situação acontece também na parte de trás dos edifícios 12, 14, 16 e 18, da rua Fernão Lopes, um espaço da câmara municipal, onde estão construídas 4 ou 5 famosas vivendas, uma área também de mato, em terra batida, onde pensa que já há anos, mas não se lembra bem, foi solicitada alguma intervenção, dado que é uma área escura e não tem iluminação. -----

Aí não há intervenção dos SMAS, mas aproveita para falar da questão da traseira destes prédios, o espaço entre os mesmos e as vivendas, que é da câmara municipal, de que se chegou a falar quando foi retirado o parque infantil que estava numa zona que vai para a estrada nacional, numa altura em que as terras desabaram. Na altura falou-se, e já vão uns anos bons, em colocar neste espaço o parque infantil, mas não foi possível, e aquilo que se mantém é a possibilidade de reparar ou ver o que é possível fazer, criar uma possibilidade de estacionamento,

reparar a zona, limpar e acompanhar com a iluminação do local, das traseiras dos edifícios. -----

Respondeu o Sr. Presidente que a urbanização de Cima e Capelas é antiquíssima, foi projetada como foi, e é evidente que hoje é fácil dizer que se se pudesse voltar atrás fazia-se de outra maneira diferente. Foi o que foi, e agora tem que se trabalhar com aquilo que se tem. -----

Aquilo que pode dizer é que os SMAS, também no âmbito das suas intervenções, do seu plano de trabalhos, fizeram ali uma requalificação importante, melhorando consideravelmente os passeios. Agora, não se poderá continuar a assistir àquilo que é habitual, as pessoas estacionarem em cima do passeio, porque não têm outras condições, e não há espaço, obviamente. -----

Sobre essa matéria o próprio e alguns dos presentes já tiveram repercussões relativamente a estacionar em cima do passeio naquela zona, e ficam as ideias que o Sr. Vereador Ernesto Ferreira trouxe, da criação, nas zonas baldias que existem para ali, de bolsas de estacionamento, e ir-se-á ver se se consegue fazer. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
ATO ELEITORAL E REUNIÃO GERAL DE ALUNOS DA ESCOLA SECUNDÁRIA ALVES
REDOL – VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, cumprimentando os presentes, e fazendo votos de que o ano de 2015 seja mais positivo e ainda melhor do que as melhores aspirações, de todos, pretendem, reportando-se a um tema que apresentou na reunião de dezembro, em que se tinha passado a situação do ato eleitoral e depois da não permissão da realização da reunião geral de alunos na escola secundária Alves Redol. -----

Na altura, segundo se recorda, e bem, o Sr. Presidente mostrou disponibilidade para receber, inclusivamente os alunos, quem quisesse de alguma forma contar com a câmara municipal para o que fosse necessário. No entanto, no dia seguinte, havendo uma reunião do conselho-geral, aquilo que parece aos membros da CDU é que, ao contrário daquilo que o Sr. Presidente disse, e bem, que não se pretendia imiscuir em assuntos que não são da sua competência, ficando a câmara municipal de organizar uma reunião entre todos os interessados, dá a ideia de alguma ingerência e até condicionamento, nomeadamente serem chamados a um órgão diga-se “adulto”, para reunirem “com quem”. Há alguma situação de confronto, e não deixa de certa forma de condicionar essas mesmas pessoas, e o certo é que, pelos vistos, não se chegou a realizar. -----

O que querem frisar é que pensam, de alguma forma, que há um passo que foi um “bocado mais largo do que a perna”, e aí a câmara municipal já se está a imiscuir naquilo que não é da sua competência. Uma coisa é “estar disponível para”, outra coisa é a câmara municipal convidar toda a gente e dizer “venham cá”, quase como uma figura paternal: “Vamos lá fazer as pazes, vamos lá ver o que é possível fazer”. -----

Terminou, referindo ser somente o que tinha para dizer. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que, como o Sr. Vereador Rui Pereira saberá, a câmara municipal pertence ao conselho-geral, e quando ele é convocado está nesse mesmo conselho de modo próprio, aliás, como em todos os conselhos-gerais de todos os agrupamentos a que pertence por lei. -----

O Sr. Vice-Presidente depois poderá ainda dar algumas notas, na medida em que




esteve presente. -----

Interveio mais tarde o Sr. Vice-Presidente, referindo que a intervenção do Sr. Vereador Rui Pereira não foi propriamente uma questão, foi uma manifestação de opinião, e acrescenta, relativamente à intervenção do Sr. Presidente, que efetivamente, conforme o mesmo teve ocasião de transmitir, a câmara municipal não tem uma intervenção direta na resolução do problema em causa, mas tem, como é evidente, a disponibilidade para ouvir as diversas partes envolvidas no processo, sobretudo tem um grande interesse que o processo eleitoral se resolva dentro do menor prazo possível. -----

No âmbito do conselho-geral foi deliberado, por unanimidade, que fosse feita uma pequena reunião de abordagem, para perceber qual era o caminho que teria o processo, e foi isso que foi feito, tendo o próprio aproveitado para repetir o que o Sr. Presidente tinha dito na penúltima reunião de câmara, e transmitiu diretamente aos membros do conselho-geral presentes nessa reunião, e vai-se ver, nas próximas semanas, o que vai acontecendo no âmbito da gestão interna dos agrupamentos em que a câmara municipal, naturalmente, não se imiscui. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, reportando-se à necessidade que sentiu de voltar a falar sobre este ponto, que até podia ter sido anterior. O que depreendeu que o Sr. Presidente disse foi que a câmara municipal estava no conselho-geral, é claro que sim, nem foi a isso que se referiu, e aliás a sua crítica teve uma parte positiva e uma parte negativa. A parte positiva é essa disponibilidade que não pode entender doutra maneira, que não seja a do órgão câmara municipal, na pessoa do seu presidente ou vereador com o pelouro da educação, estar disponível para ouvir as partes, e parte que os membros da CDU acharam negativa, independentemente de ter sido deliberado na reunião do conselho-geral, é ser a câmara municipal a tomar a iniciativa de marcar uma reunião. -----

Daquilo que sabem a reunião não aconteceu, porque, pura e simplesmente, os alunos a ignoraram, ou seja, também não reconheceram ao órgão câmara municipal a tal figura a que chamou quase de "paternalista", "vamos lá chamar os irmãos que estão desavindos para resolver a situação". Se assim fosse a câmara municipal teria de criar no seu pelouro da educação quase que um gabinete de apoio à organização das eleições de todos os agrupamentos escolares do concelho,



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PASSADEIRA EM FRENTE AO CENTRO DE SAÚDE DE VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, cumprimentando todos os presentes, fazendo votos de um bom ano a todos, e referindo ter três ou quatro questões para apresentar, sendo a primeira a da passadeira em frente ao centro de saúde de Vila Franca de Xira. -----

Só neste mandato os membros da Coligação Novo Rumo já levantaram esta questão quatro vezes em reunião de câmara, 22 de janeiro, 15 de maio, 9 de julho e 22 de outubro, e a única vez que obtiveram resposta foi a 9 de julho, em que lhes foi dito que os serviços estavam a analisar, mas que a solução deveria, certamente, passar pela colocação de semáforos. -----

Um ano após a primeira que questionaram, tornam a perguntar qual o ponto de situação. Vai mesmo ser implementada alguma solução? -----

Respondeu o Sr. Presidente que efetivamente se está a trabalhar na semaforização, e não há certezas que seja a melhor solução. Não sabe se ali há uma boa solução, há uma solução possível. Aquilo é o que é, uma via com uma inclinação enorme, e pensa que a semaforização pode obviar, sendo que felizmente ainda não houve nenhum problema, o que se tentou saber junto da PSP, e que significa que os automobilistas também têm cuidado, e cumprem as regras que devem cumprir relativamente à passadeira que lá existe. Aquilo que está previsto e em que se está a trabalhar é justamente a semaforização, não sendo, na opinião da câmara municipal, claro e líquido que seja a melhor solução. É a possível, como diz, numa zona que é difícil. -----

A semaforização tem que ter os sinais de aproximação, semáforos, essas coisas todas, ou seja, todas as condições de segurança para que as pessoas atravessem a passadeira. Vai ser com betoneira, como existe ao pé da câmara municipal, havendo, também ali, alguma cultura de relação entre os automóveis e as pessoas, pois muitas vezes as pessoas atravessam nas passadeiras de qualquer modo, e não pode ser assim. -----

Os peões também têm responsabilidades, e por isso é uma semaforização com betoneira, que pensa que melhorará as condições que hoje ali se têm. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
BALCÃO ÚNICO MUNICIPAL -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo-se ao balcão único municipal, dizendo que a previsão de inauguração deste serviço era o último trimestre de 2014. Uma vez que já se está no princípio de 2015, perguntam se há uma nova data prevista para a sua abertura. -----

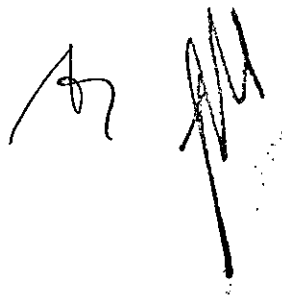
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que esta é uma referência que não fez no início da reunião, mas no dia 29 deste mês vão-se transferir todas as pessoas que estão na Quinta da Mina, já que não se poderiam fazer obras na Quinta da Mina sem primeiro encontrar solução para a transferência, principalmente das pessoas que estão na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.-----

Portanto, vai-se aproveitar o antigo centro de saúde, que foi recuperado para o efeito, no dia 29 essa transferência vai-se fazer, e a CPCJ passa a trabalhar no centro de saúde, com boas condições, permitindo, de imediato, começar com as obras de requalificação, tendo em vista a instalação do balcão único. -----

Esta matéria teve um compasso de espera, porque relativamente à instalação do Tribunal de Comércio não se quis hipotecar nenhuma das possibilidades, mas parece que, por parte do Ministério da Justiça, através do seu instituto, que agora já não tem presidente desde ontem, o que pode ser um problema, pois era o Dr. Rui Pereira, e as últimas conversas que houve foram justamente com este responsável, a situação estava em boa evolução, no sentido do Tribunal de Comércio ser instalado no antigo hospital.-----

Para a câmara municipal, seja no hospital ou outro sítio qualquer, tem é que ser instalado, mas isso aconteceu para que não houvesse nenhuma situação que compromettesse a vinda do tribunal para Vila Franca de Xira, como está previsto em portaria, e também pela confirmação feita pelo Sr. Secretário de Estado, que disse que era uma questão de tempo. Está absolutamente convencido que, tanto a Srª Ministra, como o Sr. Secretário de Estado, vão honrar aquilo que está previsto na portaria, e assim vai ser.-----

Esteve-se na expectativa de, eventualmente, a câmara municipal ter que sugerir um seu espaço, e tinha pelo menos dois previstos caso isso viesse a acontecer, um dos quais justamente a Quinta da Mina. Como parece que o processo vai ter uma



Fl. Livro _____

Fl. Ata 032

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

EDIFÍCIO DO ANTIGO POSTO DE TURISMO – VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo-se ao edifício do antigo posto de turismo, na avenida Pedro Victor, dizendo que no início de 2014 os membros da Coligação Novo Rumo questionaram quais as intenções para aquele edifício, que estava degradado. -----

O Sr. Presidente disse que a câmara municipal estava a analisar algumas solicitações, até por parte de algum movimento associativo, e inclusivamente a avaliar o custo de restabelecer as devidas condições ao imóvel, bem como que esse custo seria eventualmente elevado, tendo em conta a pequena área que tem. Solicitou aos serviços que fizessem um levantamento de custos, mas, ao que sabem, esta questão não tornou a ser abordada.-----

Assim, o que é que a câmara municipal pensa fazer com aquele património?-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que as obras de requalificação do antigo posto de turismo são muito onerosas, para além de que o próprio espaço é de algum modo exíguo. Desta forma, a perspetiva é evoluir para que o posto de turismo passe para o Café Central.-----

Quanto ao edifício, como o Sr. Vereador sabe, houve uma hasta pública, ficou deserta, e vai-se insistir, porque é necessário criar condições para que o mercado se possa interessar e reabilitar aquele edifício, e também a própria loja, sendo que, de qualquer modo, adianta que estava previsto na hasta pública que quem adquirisse o edifício reabilitasse o piso térreo, mantendo-se essa loja na posse da câmara municipal.-----

Crê que valerá a pena manter este critério, de negociação com quem, eventualmente, queira adquirir o prédio, que tem de fazer as obras de recuperação, e aquela fração continua na posse do património municipal. Depois, a câmara municipal pode alugá-la ou logo verá o que fazer. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

INFORMAÇÃO SOBRE OS TERRENOS EM FRENTE À ADUBOS DE PORTUGAL -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, cumprimentando todos os presentes, dizendo que tem algumas questões que gostaria de abordar, voltando de novo a questionar a informação sobre os terrenos em frente à Adubos de Portugal - ADP. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo têm colocado sucessivamente estas questões, e o próprio reconhece que a câmara municipal tem muito trabalho para fazer, as urbanizações aparecem e são aprovadas como "cogumelos" na câmara municipal, e portanto admite que tenham todos tanto trabalho que não consigam dar esta informação, que é simples. -----

Ao mesmo tempo, hoje assistiu a alguém a fazer, e imagina que seja a EDP ou a REN, trabalhos de instalação de novos postes, que pensa sejam de transporte e distribuição de energia elétrica naquela zona, que fica acima da urbanização que veio a reunião para ser recebida, e que foi retirada, que vai até à zona do depósito dos SMAS. Desta forma, gostava de saber que tipo de intervenção está ali a ser feita, e se a câmara municipal a autorizou, com a colocação de novas infraestruturas, e em que condições autorizou. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que depois a vai enviar, de uma forma mais adequada, em termos formais, mas entrega agora em mão a informação, que espera que corresponda àquilo que o Sr. Vereador pretendia. -----

Interveio ainda mais tarde, referindo que o Sr. Vereador António Oliveira irá falar sobre os trabalhos que estão a ser executados em frente à ADP, que são da EDP. ---

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, mencionando que hoje de manhã, e no âmbito dos condicionamentos isso já tinha sido autorizado, sendo um trajeto por onde passa para vir para Vila Franca de Xira, viu essas movimentações, levantou a questão, foi lá a fiscalização, e são mudanças e reforço de linhas de média e alta tensão. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

INTERMARCHÉ – PROCESSO DE LICENCIAMENTO – VIALONGA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, voltando à questão do Intermarché, outra em que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber qual é o processo de licenciamento de toda aquela infraestrutura. Continuam sem saber como é que a câmara municipal faz a rotunda, como é que o Intermarché tem os acessos, e em que condições é que isto é feito. -----

Ainda não veio a reunião de câmara essa avaliação, e se a câmara municipal ocupou terrenos que não eram do município, eram privados, para fazer aquele acesso, o Intermarché também teve que ocupar terrenos que são do domínio público. Quem é que deu autorização? Não deram nenhuma autorização em reunião de câmara, e gostavam de saber como é que esta situação foi possível ser feita, e em que circunstâncias, pois esta “fúria aprovadora de supermercados”, que foi do que se tratou nos últimos tempos, leva a que, por exemplo, se tenha, neste momento, na entrada norte de Vila Franca de Xira, um supermercado fechado. Está um supermercado fechado, e não se acautelaram as necessárias infraestruturas para a modernização de toda a entrada, que é a entrada norte de Vila Franca de Xira. -----

Esta é uma outra questão, que desde 24 de setembro do ano passado perguntaram à câmara municipal, continuam a perguntar, e a única coisa a que assistiram foi a justificações da câmara municipal e do seu presidente, na comunicação social, após as perguntas que fizeram. Após as perguntas que fizeram o Sr. Presidente foi falar destas questões na comunicação social, falou dos acessos, da passagem por baixo da autoestrada, que é preciso resolver, dos passeios que é preciso resolver, e há uma pergunta que os membros da Coligação Novo Rumo fizeram que ainda não foi respondida. Quando é que a Estradas de Portugal informou a câmara municipal, e deu conhecimento do projeto? O que é que a câmara municipal fez após esse conhecimento? Falou com quem? Dialogou com quem? Propôs o quê? -----

Ainda há pouco lá passou, e a lei não é respeitada ali, as acessibilidades não estão respeitadas. Nem está a falar de quando se sai da autoestrada, porque quando se entra na EN1 não tem passeio, mas a seguir à bomba de gasolina há um passeio, na zona da “sexshop” que ali existia, que não sabe se ainda lá está, em que se



Fl. Livro _____

Fl. Ata 035

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

continua por ali fora, chega-se ao antigo bar que ali existia, e o passeio termina. No fim do passeio tem estrada e não tem nenhum acesso, e questiona onde é que as entidades se debruçaram sobre aquilo para permitirem as acessibilidades.-----

Mais uma vez pergunta: O que é que a câmara municipal disse à Estradas de Portugal sobre aquela matéria, ou o único objetivo foi o separador central “à terceiro mundo”, que é o que ali está? -----

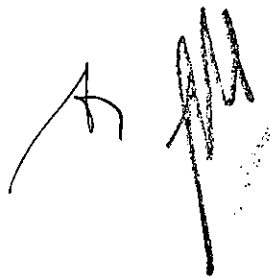
É um separador central “à terceiro mundo”, e não está em causa que é preciso colocar regras no atravessamento daquela via, mas não é assim. Aquilo é o que se faz em muitos dos países do chamado “terceiro mundo”, é assim que se resolvem os problemas, e não conhece nenhuma vila ou cidade que não queira ser conhecida para lá da “legionella” que tenha aquele tipo de intervenção. Com franqueza não conhece, está farto de dar voltas à cabeça, e não consegue perceber qual é o caminho, e por onde se vai com certeza. -----

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, reportando-se à questão do ALDI, um espaço que foi criado há pouco tempo, e que encerrou, dizendo que gostaria de saber se a câmara municipal está informada de alguma coisa.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando, sobre o Intermarché, que no gabinete da Coligação Novo Rumo já está a informação. Foi ontem à tarde, e é natural que os seus membros ainda não a tenham visto. Pensa que a informação que lá está responderá a muitas das questões que o Sr. Vereador colocou, caso assim não seja, voltar-se-á ao assunto. -----

Quanto à questão da “fúria dos supermercados”, o regulador sobre esta matéria chama-se Direção-Geral da Economia ou Ministério da Economia, que em primeira linha dá parecer favorável e faz os estudos económicos para o efeito. A câmara municipal faz uma análise, em termos urbanísticos, se é conveniente ou não que uma superfície comercial seja construída num determinado local. -----

No que diz respeito ao ALDI de Vila Franca de Xira, naturalmente que esta dinâmica é normal, uns abrem, outros fecham, o mercado é isso mesmo, e, neste caso, para a câmara municipal foi uma “janela de oportunidade”, de requalificar aquela zona, o que de outro modo não se conseguiria. Construiu-se uma rotunda, foi o ALDI quem a construiu, demoliu-se o matadouro, que era um edifício absolutamente degradado, e não dignificava em nada aquela zona. -----



Fl. Livro _____

Fl. Ata **036**

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

Em termos urbanísticos o processo evoluiu, e do seu ponto de vista bem. O grupo ALDI, que tem outras lojas no concelho, decidiu fechar aquela, e a câmara municipal não tem nada a colocar sobre esta matéria. Não é com prazer que assiste ao fecho deste tipo de comércio, mas a empresa pretende continuar a investir em Vila Franca de Xira. De qualquer modo, julga e espera que em breve aquele espaço será adquirido para outra área qualquer comercial. -----

Quanto à entrada norte, e ao parecer dos serviços, já se referiu várias vezes a este assunto, e o melhor, em vez de se estar a falar, até porque já ultrapassou o tempo previsto, é fazer um memorando sobre toda a matéria. Há uma questão que gostaria de colocar, tanto à Coligação Novo Rumo, como à CDU, é se já refletiram sobre um desenho, A4, em que uma das questões que era colocada era a possibilidade da retirada da passagem superior. A passagem superior foi construída já há muitos anos, e um dos pilares está justamente em cima dum passeio, de maneira que as pessoas passam por ali com carrinhos de bebés, ou mesmo sem eles, e têm que ir para a estrada, não conseguem de outro modo, pois têm o obstáculo do pilar da passagem superior. -----

Na sua opinião era importante dar informação à Estradas de Portugal no sentido de se encontrar uma outra solução de passadeira, porque raramente as pessoas utilizam aquela passagem superior, e não vale a pena estar com ilusões. A empresa vai continuar ali a desenvolver trabalho, nomeadamente a questão da água que se acumula por baixo do túnel, e essa informação era absolutamente imprescindível. -----

Não gostaria de tomar esta decisão sem lhe darem essa informação, e se lhe quiserem dar hoje, poderão dá-la mais tarde. -----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que os membros da CDU concordam. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, dizendo que agradece que os membros da Coligação Novo Rumo também façam chegar a sua opinião, e era bom que fosse até ao final desta semana, sobre a retirada ou não da passagem superior pedonal na zona norte, na sequência de um desenho que enviou, pois parece-lhe que pode ter correspondido num determinado momento a uma necessidade, mas hoje ela já não existe, porque as pessoas não a utilizam ou utilizam muito pouco. Deve encontrar-se uma outra solução, na medida em que o pilar está a constituir um obstáculo,



Reunião de 2015/01/14

Deliberação nº

Por isso, agradece que até ao final da semana o informem da opinião que têm sobre a retirada ou não da passagem superior. -----



Reunião de 2015/01/14

Deliberação nº

Julga que o Café Central será muito melhor aproveitado para este fim, do que estar a insistir na concessão, que não tem tido grande sucesso. -----




Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS – VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se à manutenção do espaço público na cidade de Vila Franca de Xira, dizendo que há um conjunto de obras que foram sendo feitas ao longo dos anos, há obras que a câmara municipal quer continuar a fazer, mas o Largo da Câmara e o Largo da Estação têm a iluminação fundida, nomeadamente, para além da manutenção do restante espaço público. Assim, os membros da Coligação Novo Rumo questionam qual é o objetivo da câmara municipal para isto, o que é que vai fazer face a esta melhoria do espaço público, porque um espaço público agradável é um espaço público preservado, que as pessoas gostam de manter. -----

A



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

APOIO AO SERVIÇO DE REFEIÇÕES NAS ESCOLAS -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se às refeições nas escolas, dizendo que se está em janeiro, que o acordo que a câmara municipal fez era até ao fim do ano, e os membros da Coligação Novo Rumo gostavam de saber se estão mantidas as condições de refeições nas escolas, nomeadamente a sul do concelho. -----

Nesta situação aplica-se o mesmo argumento da escola de Vialonga, na reunião de dia 30, pois ouve um conjunto de pessoas, só por meras questões de discurso, a falar sistematicamente da escola pública, que é boa, extraordinária, o próprio estudou na escola pública, e portanto, aparentemente, será um defensor desta escola, mas como pertence ao PSD, eventualmente será um “malandro” opositor da escola pública. -----

Como não tem sozinho a capacidade de decidir, está a dizer aos grandes defensores que se dizem da escola pública para darem meios para ela poder ter meios para as crianças e para os pais. É isto que se tem em cima da mesa, e pergunta quando é que se vão dar meios à escola pública, para que possa dar aos jovens meios para poderem estudar em condições, no mínimo, semelhantes às que outros pais, que têm mais condições, eventualmente possam dar e dão aos seus filhos. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que, efetivamente, para o executivo PS a escola pública não é a única opção, mas é a mais adequada para permitir que todos possam ter acesso à educação, sem prejuízo de outras opções, mas cada um tomará as que bem entender. -----

Agora, tem-se feito, de há muitos anos a esta parte, um esforço grande para dotar as escolas, bem com os meios, para que os alunos, pais, professores, e todos, possam ter melhores condições. É um esforço que se tem vindo a fazer, e é isso que se vai continuar a fazer. O PS defende a escola pública, sem prejuízo de outras opções, sendo a escola pública um fator decisivo, sendo que de outra forma muitos não tinham condições de estudar. -----

Interveio de novo mais tarde, mencionando que o Sr. Vice-Presidente responderá à questão sobre os almoços para o próximo ano letivo nas escolas do concelho. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que o Sr. Vereador Rui Rei, no fundo,




Fl. Livro _____

Fl. Ata 041

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

manifestou a preocupação que também é do executivo municipal, relativamente à regularidade e normalidade no apoio ao serviço de refeições. -----
A solução que a câmara municipal encontrou para aquele momento e para a zona sul do concelho manter-se-á até ao final do ano, e já se está em contactos, nomeadamente com a AISC - Associação de Intervenção Social e Comunitária, na perspectiva de poder estender isso ao restante território. Se isso vier a acontecer crê que ficará solucionada parte do problema, que não se criou mas que, sobretudo, se resolveu, e espera que se encontre uma solução que consiga ser satisfatória para o conjunto do concelho, com mais ou menos o mesmo figurino. -----




Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PARQUE LINEAR RIBEIRINHO – PÓVOA DE SANTA IRIA-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se ao parque linear ribeirinho, na Póvoa de Santa Iria, dizendo que tem ido ao parque linear durante a noite, ou pelo menos ao fim da tarde, já de noite, e durante o dia, e de facto hoje em dia o parque linear, seja considerado desde a Póvoa de Santa Iria até Alverca do Ribatejo, ou de Alverca do Ribatejo até à Póvoa de Santa Iria, passando no Forte da Casa, tem muitas centenas de pessoas, mesmo milhares, a usá-lo, e bem, e a usufruir de uma obra que é extraordinária para o sul do concelho, para o concelho e não só, para uma série de concelhos da região.-----

Contudo, a verdade é que o término daquela obra em Alverca deveria ser de outra forma, nomeadamente deveria usar os caminhos públicos que ali estão, para melhorar os acessos e a forma como a população de Alverca consegue interagir com aquele parque ribeirinho. Basta chegar lá durante a manhã ou durante o dia e ver os carros como estacionam por ali fora, e como é que as pessoas vêm desde a estação, a pé, e não têm o mínimo de condições.-----

Há ainda uma coisa que se tem vindo a descurar. Aprovou-se a ETAR que ali está, e aquela ETAR, quando foi aprovada, tinha um projeto de arquitetura, mas também tinha um projeto de espaços verdes, e já agora solicita à câmara municipal que verifique se respeita o projeto de espaços verdes que foi aprovado. Passa lá e vê as árvores todas mortas, não há uma viva, o espaço à volta é mato, pelo que uma das questões essenciais é respeitar, porque faz parte dos projetos apresentados, o projeto de enquadramento e o de espaços verdes. Se não respeita, a câmara municipal deve notificar a Simtejo, que tem que replantar as árvores que morreram, e que fazer a manutenção daquele espaço verde.-----

Em relação aos acessos e àquela integração, há ali caminhos públicos, de certeza, dever-se-ia verificar, e enquanto não se resolve outra situação, que é eventualmente a câmara municipal expropriar o terreno que ali está, a mesma deveria fazer o uso da competência que tem, que é a dos caminhos públicos que ali estão, arranjar o caminho público e permitir que a população tenha usufruto daquele espaço, que é para isso que se investiram mais de 6 milhões de euros.-----

Em relação ao resto, levantou em reunião de câmara uma questão após fazer-se



uma receção parcial daquela obra, e os membros da Coligação Novo Rumo continuam sem ter resposta. -----

Depois houve uma informação, em que o problema da iluminação solar que lá está foi que roubaram o alternador, e continua a dizer, enquanto não lhe disserem outra coisa, que aquilo é um problema do projeto, de quem projetou o que ali está, e agora sim, quanto mais tempo passar, mais algum daqueles painéis solares estarão a ser partidos. -----

O que diz ao Sr. Presidente é que a câmara municipal é conivente com aquilo, porque os membros da Coligação Novo Rumo já andam a falar há não sabe quanto tempo, e daqui a uns tempos, quando estiver tudo partido, o empreiteiro e o projetista vão dizer: "Pois, agora está tudo partido, já não posso fazer nada. Está partido, e você agora tem que pagar." -----

Não é assim, eles têm que repor a situação, porque a câmara municipal pagou um projeto que dizia que aquela iluminação ia funcionar, e não está. Portanto, ao não estar a funcionar, há uma parte essencial do projeto que não está de acordo. -----

Já estão a falar há não sabe quantos meses do projeto, e o próprio não quer que isto seja encarado como uma ameaça, mas se a câmara municipal não notificar o projetista nos próximos 15 dias, e não lhes disser, vão fazer uma exposição à entidade gestora dos fundos comunitários, porque entendem que há um pressuposto essencial que não está respeitado. -----

Comparticipou-se numa parte importante da obra, ela não foi cumprida na íntegra, pelo que há que resolver este problema, e não é resolver à custa do dinheiro público, é à custa de quem já o recebeu, que foi o projetista, eventualmente se foi o empreiteiro que não respeitou o projeto, e é isto que é fundamental. -----

Quanto às madeiras, disse várias vezes que o que lhe pareceu foi que aquele aspeto de estar empenada foi resolvido com uma lixadeira. A empresa chegou lá com uma lixadeira e cortou a parte que estava empenada, mas não resolveu, cortou, pois para si, para resolver tinha que ter posto madeiras novas. Madeiras daquela qualidade, para o espaço público, não podem empenar. As madeiras dos navios não empenham, porque senão vão ao fundo. -----

Há coisas que não percebe, mas há pessoas que estão com essa função, e quando não percebem pedem ajuda, parecendo-lhe que há ali madeiras e tabuado que não

estão em condições, e não é preciso ser muito entendido para perceber que a qualidade da madeira é diferente de um sítio para o outro, nomeadamente o tabuado que está na zona do espaço "10a Arte Beach" e do centro de interpretação, que não tem a mesma qualidade, e presume que aquela seja para melhor, do que a outra madeira do parque linear que vai até ao Forte da Casa.-----

Desta forma, chama mais uma vez à atenção que a câmara municipal pagou, não pediu por favor, pagou a tempo e horas, o que quer dizer que tem de exigir responsabilidades àquelas entidades. Está-se a falar de uma obra em que a câmara municipal, se a tiver que manter e refazer, vai ter dificuldades orçamentais para isso, e convinha que se arranjasse todo este espaço e não se tivessem dúvidas quanto à intervenção da câmara municipal.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vice-Presidente falará sobre o parque linear ribeirinho.-----

Quanto à ETAR, vai-se saber o que é que o projeto previa em termos de requalificação paisagística.-----

O Sr. Vereador fala de caminhos públicos naquela zona, e na informação da câmara municipal não conhece nenhum caminho público.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

REQUALIFICAÇÃO DO LARGO 5 DE OUTUBRO – VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que gostaria de deixar algumas notas sobre a requalificação do largo 5 de Outubro, sobre o qual posteriormente os membros da Coligação Novo Rumo farão chegar um documento à câmara municipal. -----

Aquilo que gostaria de dizer é que defenderam sempre uma visão global desde eixo que atravessa toda a cidade, de norte a sul de Vila Franca de Xira, e defendem a sua integração e harmonia entre todas as fases, desde o início da rua Alves Redol até à Praça de Touros, e entenda-se Praça de Touros no seu todo, quer quem entra por sul, quer depois no largo 5 de Outubro, propriamente. -----

Portanto, tem que ter harmonia toda esta intervenção, porque pode e deve ser avaliada a diversidade de valências e equipamentos que ali existem, e que assumem uma maior dificuldade no projeto. Por isso é que propuseram um concurso de ideias, e voltam a salientar que deve ser um concurso de ideias e não um concurso para projetos de conceção, ou um concurso de projetos de requalificação. É um concurso de ideias, que é diferente disto tudo, para não se ficar “amarrado” a algo que a seguir se vai ter dificuldades em implementar, e eventualmente nem sequer se concorda. -----

O que interessa à câmara municipal é perceber o que se deve fazer ali, que ideias se têm para ali, e nada melhor que um concurso de ideias, com a respetiva apresentação das propostas, que serão transmitidas à câmara municipal, e que, quem as entrega, sabe que os direitos de propriedade intelectual passam para o município. -----

Isto tem que ser feito com “cabeça, tronco e membros”, caso contrário ter-se-ão problemas no futuro. Depois, não vale a pena dizer “se soubéssemos fazíamos diferente”, e os membros da Coligação Novo Rumo já estão a avisar outra vez, que é para depois, daqui a uns tempos, não se voltar a ter problemas. -----

No momento seguinte, e com base nas ideias retiradas das propostas recebidas, cria-se um programa funcional, e posteriormente lança-se um concurso para a elaboração de um projeto de conceção e de execução, a todos os profissionais que cumpram os requisitos para tal, nomeadamente do ponto de vista da deteção de

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata **046**

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

título profissional conferente de direito de elaboração de projeto, e que darão resposta ao programa funcional que agora se pretende construir, com o apoio das ideias que resultem deste concurso, ou eventualmente poder-se-á adjudicar o projeto de conceção e execução à empresa que já elaborou todos os outros projetos deste eixo, nomeadamente as fases anteriores da rua Alves Redol, para se ter uma homogeneidade das ideias, equipamentos e pormenores de execução.----- Este concurso de ideias visa predominantemente reunir ideias diferenciadoras, que possam ser utilizadas para a definição de um programa funcional. ----- Neste concurso de ideias o objetivo da câmara municipal não é construir a proposta vencedora, mas sim reunir os melhores contributos das propostas concorrentes, para posteriormente elaborar um programa funcional. ----- Portanto, julgam que esta é a melhor solução para esta tentativa de resolver uma situação que ali está, e dará só um exemplo. A câmara municipal, inclusivamente no projeto preliminar, diz que as pessoas podem considerar uma passagem inferior para o outro lado, e já que vai a esse detalhe, convinha que fosse a outros, que é as pessoas poderem considerar a existência ali de um museu taurino. ----- As pessoas podem considerar ali outra coisa, ou seja, a câmara municipal vai ao detalhe, que do ponto de vista que têm é errado, do monumento ao forçado não poder ser mexido, o que pensam que é um disparate, pois pode ser mexido, se for do interesse público coloca-lo numa zona mais nobre, enquadrado no futuro arranjo urbanístico. Isto é elementar, e a única coisa que não pode ser mexida ali é a Praça de Touros, pois é difícil.----- Para tirar a Praça de Touros de um lado para o outro vai ter que se construir uma nova, e a única coisa que se pode fazer é como em Lisboa, se for economicamente viável, construir um parque de estacionamento e segurar a praça. Mudá-la é um bocadinho difícil, porque não há meios financeiros que paguem uma coisa dessas.-- Portanto, considera que se deveria, quando se fazem estas coisas, perceber, no limite, qual é o objetivo final e o resultado que se quer atingir.----- Interveio o Sr. Presidente, dizendo que efetivamente, se bem os presentes se recordam, quando esta matéria da requalificação da rua Luís de Camões se colocou, propôs, para não atrasar o processo de requalificação do troço desta rua, que o mesmo se iniciasse justamente onde se está hoje, até à zona do cemitério.

[Handwritten signature]

Da reflexão que foi feita propôs que se avançasse com um concurso de ideias, que no fundo é um pouco aquilo que o Sr. Vereador Rui Rei referiu. -----

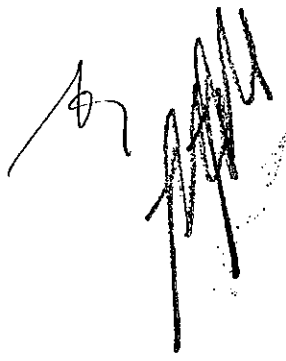
Os fundamentos dos critérios para esse concurso de ideias, se já não estão na posse dos Srs. Vereadores, deverão estar em breve. Aquilo que enviou, tanto para a CDU, como para a Coligação Novo Rumo, antes de se avançar com o concurso, foi para darem todos os apoies que entenderem oportunos, porque o executivo municipal não tem a pretensão de que todas as ideias que tem são as mais exatas, e pode, no conjunto das ideias de todos, encontrar-se uma solução mais abrangente e adequada àquilo que se pretende. -----

Por isso, quanto àquilo que o Sr. Vereador acabou de referir, o que solicita é que coloque em forma de documento a reflexão que a Coligação Novo Rumo pretende ver incluída no concurso. O executivo fez o seu trabalho, que lhe parece, como base, já muito aprofundado, mas, conforme foi o compromisso, o concurso só avançará depois de se analisarem também as ideias das várias forças políticas presentes na câmara municipal. -----

Ficará a aguardar, e certamente que dessa reflexão sairá um bom concurso para que se tenha uma requalificação bastante importante para aquela zona, uma zona nobre da entrada da cidade. Depois, da parte do executivo municipal tudo está em aberto. Tinha uma ideia, que ao fim ao cabo até foi aprovada por todos, e julga que é bom que nesta reflexão se possa analisar melhor, ou seja, que a passagem superior rodoviária e pedonal que estava prevista sobre a linha férrea eventualmente possa ser uma passagem inferior. -----

É uma matéria que também se coloca, no conjunto do concurso de ideias, e neste mesmo concurso abrange-se uma zona para além do próprio largo 5 de Outubro, no sentido da zona de apreciação ir até à entrada do parque do Cevadeiro. Entende a câmara municipal que toda aquela zona deve ser incluída, podendo dizer-se que a abrangência do concurso é maior. -----

-----



Fl. Livro _____

Fl. Ata 048

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

QUESTÕES RELACIONADAS COM O PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que as respostas que faltam dar, do Sr. Vice-Presidente e do Sr. Vereador António Oliveira, ficam para o fim da reunião, porque o tempo já vai avançado e passará para a ordem do dia. Se se conseguir avançar rapidamente com a ordem do dia, não só responder-se-á ao que faltou, bem como às questões da última reunião de câmara.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que o Sr. Presidente decidirá, pois é a ele que compete a direção dos trabalhos da reunião, mas os vereadores da CDU começaram a falar dentro de um prazo e tempo limitados, e cumpriram, na medida do possível, o regulamento. O PSD usou e abusou do seu uso de intervenção, e portanto têm todos que se entender de uma vez por todas. A CDU tem 4 elementos, o PSD tem 2, e o PS tem 5, pelo que se divide o tempo proporcionalmente, de acordo com a representação político-partidária neste órgão. Aquilo que diz é que os membros da CDU não vão prescindir agora, e já, de fazerem algumas observações, na sequência da intervenção do Sr. Presidente. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que o Sr. Vereador, com essa forma de intervir, exige, e o próprio não quer "puxar de galões" de coisa nenhuma, mas é quem dirige a reunião de câmara, que é uma das prerrogativas que tem nesta matéria, enquanto presidente da câmara. Por isso, aquilo que pede, tendo em vista que a ordem do dia tem muito poucos pontos, é que se fale desta matéria, reservando-se meia hora, pois pensa que se conseguirão resolver as questões. Às vezes engana-se, há pontos que parecem pacíficos, e leva-se muito tempo a conversar sobre eles, mas pensa que vai haver condições, com certeza absoluta, de falar sobre isso. -----

Sobre a sugestão que o Sr. Vereador faz, pode justamente dividir por três, e o assunto fica resolvido. -----

Interveio novamente o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que se estiverem todos de acordo, está muito bem, os membros da CDU falarão na meia hora final que o Sr. Presidente quer destinar, mas têm que ter a certeza de que para a próxima vez, e na próxima reunião de câmara, proporcionalmente, falarão de acordo com a representação que têm. É isso que o Sr. Presidente propõe? -----




Respondeu o Sr. Presidente que sobre esta matéria, como tudo na vida, tem que se ter o equilíbrio e o bom senso, e não é por se ter muita gente.-----

Continuou, pedindo ao Sr. Vereador para não o interromper, o que não tem mal, mas é só para economia de tempo, dizendo que o PS tem 5 elementos, e se cada um deles também falasse, não havia tempo, e que no tempo que o PS tem, o que os seus membros têm feito é dar respostas, tanto a uma bancada como a outra. ----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que se poderá fazer um reportório de todas as respostas que estão em atraso, ao que o Sr. Presidente respondeu que só estão em atraso as da reunião anterior.-----

Continuou o Sr. Presidente, referindo que, em termos de equilíbrio e bom senso, que deve presidir a tudo isto, não quer coartar a palavra a ninguém, cada um fala das questões que bem entende.-----

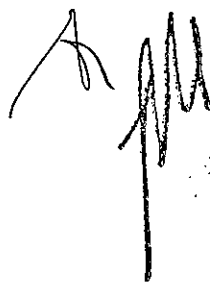
Agora, como já referiu várias vezes, há muita forma de intervir, há a forma objetiva, como aliás hoje os Srs. Vereadores fizeram, e outra forma mais alongada e pormenorizada, que por vezes acontece, e isso demora tempo.-----

Portanto, para não ter que impor, através de uma proposta que traga a reunião de câmara, provavelmente tudo isto seria evitado se as pessoas tivessem uma atitude diferente.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que gostaria de dialogar com o Sr. Presidente, dizendo-lhe que terminou a sua intervenção às 10h15, e que fica efetivamente demonstrado, e isto nada tem a ver com o Partido Comunista Português, que há uma parte sectária e ultrarreacionária dos vereadores do Partido Comunista Português eleitos nesta câmara municipal, que teve o seu expoente máximo no Sr. Vereador Nuno Libório. Antes da reunião de câmara começar o Sr. Vereador fez um grande discurso sobre a situação de França, de uma grande solidariedade, mas ficou demonstrado que se o Sr. Vereador pudesse seria absolutamente reacionário e Estalinista. -----

Tendo sido interrompido pelo Sr. Vereador Nuno Libório, continuou, dizendo ter ficado calado a ouvir a intervenção do Sr. Vereador. Isto é a democracia, o Sr. Vereador tem que se habituar que a democracia tem destas coisas, e ainda não terminou a sua intervenção. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, mencionando que o tempo continua a passar, pelo



Fl. Livro _____

Fl. Ata 050

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

que, ou se consegue ocupá-lo de uma forma mais objetiva, ou então não sabe, e pedindo ao Sr. Vereador Rui Rei para terminar a sua intervenção. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador, dizendo que não será nenhum vereador reacionário, da Coligação Democrática Unitária, com o profundo respeito que tem pelos militantes e simpatizantes do Partido Comunista Português, sem nenhum mandato de coisa nenhuma, que lhe vai dizer se pode ou não pode falar, e se pode ou não pode preparar as suas reuniões de câmara.-----

O que fica mais uma vez demonstrado é que os Srs. Vereadores não trabalham, não estudam, não trazem propostas, não discutem os assuntos, quando os outros vereadores, no respeito pelo voto popular, trazem trabalho, e trazem os assuntos que são essenciais, como ficou provado na questão do ALDI. Quem levantou esta questão foi o próprio, mas depois os Srs. Vereadores da CDU, que eventualmente se tinham esquecido, tal como da outra vez do "Cante Alentejano", em que se esqueceram em casa da proposta e a seguir vieram dizer que também tinham uma proposta, também se tinham lembrado há 1 mês que os trabalhadores iam para a rua, e que aquilo tinha fechado, mas esqueceram-se. No mundo "aburguesado" em que vivem, e reacionário, esqueceram-se.-----

Portanto, o que gostaria de dizer ao Sr. Presidente é que os membros da Coligação Novo Rumo estão disponíveis para o respeito das regras democráticas, que é o respeito pelo regimento aprovado, que existe, e sempre funcionou nesta câmara municipal, ficando demonstrado que o Partido Comunista Português tem, no seu expoente máximo da oposição, os vereadores do PSD que estão presentes, e não a defesa dos cidadãos do concelho. Fica demonstrada a democracia que estes senhores defendem, e aliás era o que defendiam no passado longínquo, só que já se esqueceram. -----

Enquanto a Coligação Novo Rumo estiver presente na câmara municipal, os Srs. Vereadores vão ter que ouvir até ao fim o que os seus membros querem, e que querem trazer a reunião porque o povo assim o quis. Quem os retira da câmara municipal é o povo, não são os Srs. Vereadores, o povo é quem mais ordena, e não é da forma que os Srs. Vereadores fizeram, e sempre fizeram no concelho, que é: "quando o povo está do vosso lado é inteligente, quando não está é uma cambada de pessoas que não sabe aquilo que quer". Fizeram-no variadíssimas vezes, mas

com os membros da Coligação Novo Rumo, nesta câmara municipal, não fazem mais, pois falarão e trarão sempre os assuntos que tiverem que ser trazidos, e aí pensam que o Sr. Presidente tem feito esse trabalho de ouvir toda a gente, com paciência, o que reconhecem muitas vezes. -----

Fica espantado que os Srs. Vereadores do Partido Comunista Português, que não ganharam coisa nenhuma, já acham que ganharam alguma coisa, e deviam era olhar para aquilo que têm que fazer nas juntas de freguesia que têm, em que andam a tentar esconder, mas lá se chegará. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que é claro que depois desta intervenção é provável que os Srs. Vereadores da CDU queiram ripostar, e dará mais 2 minutos, sendo que se está perante intervenções eminentemente de carácter político. -----

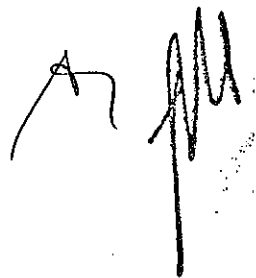
Tendo sido interrompido pelos Srs. Vereadores da CDU, referiu que mais uma vez o estão a interromper, tendo o próprio direito a dizer aquilo que pensa sobre a matéria, e o Srs. Vereadores podem retorquir de outra forma. Foi uma análise política, sobre questões de tempo de intervenção. Foi dito o que foi dito, e os Srs. Vereadores agora têm 2 minutos, para depois se voltar à ordem do dia, sendo que o próprio já estava "balançado" para começar, mas estabeleceram-se estas coisas. Depois, vai fazer chegar a uma bancada e a outra uma proposta, para se pronunciarem sobre estas matérias. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que é só isso que os membros da CDU querem. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, referindo que do ponto de vista da opinião dos membros da CDU, como é óbvio, não se reveem nas afirmações do Sr. Vereador Rui Rei, e dizem, com toda a tranquilidade, que esta intervenção do Sr. Vereador envergonhou esta câmara municipal. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo que, numa questão de bom senso, a que tantas vezes o Sr. Presidente apela, o Sr. Presidente, ao não querer coartar certas palavras, acaba por coartar muito mais, quando se deixa de ter tempo para ouvir as respostas do executivo. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que irá dar início à ordem do dia, dizendo ainda que os pontos em que, tanto uma bancada, como a outra, querem intervir, são o 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 12, 13, 16, 17, 19 e 20, estando os outros aprovados por



Fl. Livro _____

Fl. Ata 052

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

unanimidade, e aliás poucos pontos ficaram de fora. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, dizendo que só gostaria de pedir um favor, que quando o Sr. Presidente trazer a proposta deixe pelo menos os membros da Coligação Novo Rumo sentarem-se e falarem, porque se isto for assim, eventualmente “trarão aí uma proposta para eliminar, ou seja, as fotografias que andam a tirar, à boa maneira estalinista, a seguir apagar-se-ão, e os tipos nem nunca estiveram na reunião de câmara”. Era assim que se fazia no passado.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador hoje está muito animado, e é bom as pessoas estarem animadas.-----

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando aos Srs. Vereadores da CDU se Estaline era feio, pois nunca o renegaram. Estaline não era feio, existiu, matou mais de 20 milhões de pessoas, e os Srs. Vereadores nunca o renegaram. Estaline matou mais do que Hitler, mandou matar mais do que Hitler, e deportou gente de um lado da União soviética para o outro, que ainda hoje lá estão. Pensa que era porque eram do Benfica, e ele era do Sporting.-----

Depois, gostaria ainda de pedir uma coisa ao Sr. Presidente. -----

Perguntou o Sr. Presidente se tem a ver com o ponto 1 da ordem do dia. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que é sobre a ordem do dia. Na última reunião, em Vialonga, os membros da Coligação Novo Rumo pediram o agendamento de um ponto, que não se encontra agendado, e é só para saberem disso.-----

Respondeu o Sr. Presidente que efetivamente o ponto não foi agendado, porque pediu aos serviços para fazerem um trabalho o mais exaustivo possível, e há matérias que ainda estão a ser trabalhadas. Não houve condições de trazer essa matéria para discussão na reunião de câmara, foi só por isso, não foi por outra razão, como o Sr. Vereador deve calcular. Pensa que na próxima reunião já se terá esse trabalho feito, que será, de qualquer modo, enviado em tempo oportuno.-----

Por fim, e dirigindo-se aos membros da CDU, referiu que se podem envergonhar o que quiserem, mas pedindo para deixarem decorrer a reunião, sendo matérias que depois terão oportunidade, noutras sedes, certamente, de conversar.-----

Cada um, sobre estas matérias, tem a opinião que tem, o próprio também tem, mas agora tem uma responsabilidade maior, que é dirigir os trabalhos. -----



Reunião de 2015/01/14

Deliberação nº 001

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata nº 28/2014, da reunião de câmara de 2014/12/03, com a alteração solicitada pelos membros da Coligação Novo Rumo. ---



Assunto: VOTO DE PESAR PELAS VÍTIMAS DO ATAQUE TERRORISTA EM PARIS -----

Presente para aprovação o voto de pesar pelas vítimas do ataque terrorista em Paris, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

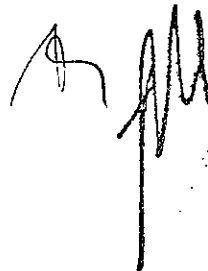
Interveio o Sr. Presidente, dizendo não saber se a CDU quer falar, na medida em que já fez hoje a declaração inicial sobre a questão no período antes da ordem do dia. -----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio, referindo que os membros da CDU já falaram, na declaração inicial que fizeram, mas, porque o Sr. Vereador Rui Rei não teve oportunidade de ouvir, pois certamente, por razões pessoais, chegou fora do tempo, gostariam de voltar a afirmar que estes atentados são escudados daquilo que é a religião, mas nada têm a ver com a religião, o islamismo não defende a guerra, e sim outros valores. Estes atentados levam a que haja uma prorrogação bastante forte daqueles que são os sentimentos xenófobos e racistas, que levam, nomeadamente, a que os partidos de extrema-direita arranjem argumentos para expulsar as pessoas que vêm doutros países. -----

Desta forma, deixam novamente a crítica acérrima da CDU em relação a estes atentados, como em relação aos atentados que acontecem noutros países, como é o caso do Afeganistão, Síria e Israel, para dar só três exemplos, e lamentam profundamente aquilo que aconteceu naquele que é o "coração" da cultura ocidental. -----

O Sr. Vereador Rui Pereira interveio, dizendo que, mais uma vez, como é óbvio, associa-se à ideia expressa neste voto de pesar, referindo que tem a certeza que vai ser bem mais fácil erradicar este tipo de terrorista, concreto, quase solitário, apesar de ter um apoio por trás, relembrando contudo, como outras pessoas já o fizeram na sequência destes ataques, que há um outro terrorismo bem mais difícil de eliminar, que é quando os ditos democratas também se tornam terroristas. -----

O chamado terrorismo de Estado também deve acabar, de forma a apoiar as populações, os muçulmanos, nos seus países, a conseguirem erradicar e anular por completo a existência destes campos de treino, destes outros terroristas, da face da terra, trazendo com isso uma maior segurança a todos, sem terem que enveredar por caminhos ultrasseguritários, onde mais um vez os democratas



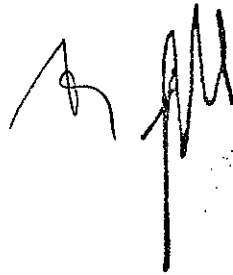
depois irão ter que discutir onde começa a segurança, e onde se deixa de poder ser pessoa.-----

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, mencionando que, estando colocada por parte da Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso a posição da bancada da CDU, não deveria deixar de colocar uma questão, mais para reflexão de todos. Provavelmente, quando se veem notícias na comunicação social, nomeadamente na televisão, que entra na casa de cada um todos os dias, destes atos hediondos, pergunta-se: Como é possível? Quando se olha, dá ideia que esta última organização terrorista, chamada de Estado Islâmico, ou Califado, apareceu de geração espontânea, ou seja, aparece "montada" em grandes "pick ups", com armamento, financiamento e treino. Como é possível? Pensa que nenhum dos presentes tem dinheiro para financiar esta gente, nenhum fabrica armas, nenhum tem treinos de terroristas, e questiona como é que é possível. Pensa que esta é uma reflexão, nesta altura também está a ser tudo questionado, o que é bom, e não quer pensar que daqui a 10, 15 ou 20 anos se venha a saber quem são os responsáveis principais de todos estes ataques.-----

Já se falou de Nova Iorque, África, Oceania, Ásia, ou onde haja ou tem havido, ao longo dos últimos anos, ataques terroristas, ou todos os dias, e há uma coisa que incomoda, até o próprio vestuário desta gente, que parece que teve um estilista a fazê-lo. Não é algo inocente, e é bom que se pense nisto. Quem financia? Quem treina? Quem ganha? Quem vende armamento?-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que a Coligação Novo Rumo está de acordo com este voto pesar, simplesmente os seus membros queriam só acrescentar que morreram 12 no Charlie, morreram os 3 assassinos e morreram 4 reféns também. Por isso o minuto de silêncio que fazem, o "Je sui Charlie", a raiva e tristeza que sentem, que não são usurpações da dor nem da coragem dos outros, são homenagens, demonstrações de solidariedade e compromissos de resistência.- A rejeição do medo é uma luta pela preservação da espécie ocidental, o que bem soa, mas não basta estar do lado certo, é preciso fazê-lo prevalecer, honrar a liberdade, cumprindo a responsabilidade que se tem.-----

A primeira resposta tem que ser a da lei, falta a resposta política, mas não basta, falta a mais difícil, a cultural, a multicultural. Andam-se a fabricar jihadistas na



Fl. Livro _____

Fl. Ata 050

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

Europa, que vão para a Síria matar e morrer, e voltam para semear terror. Desta vez foi pior, eram da Europa, e a resposta política é necessária também, para evitar que o vácuo dos moderados seja preenchido pelo regime de radicais e dos partidos extremistas. -----

Terminou, referindo ser o que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de transmitir. Estão de acordo, e o voto de pesar que têm não é só para os 12, mas também para os 20, pelos números que acrescentaram. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que esta é uma situação que exige uma reflexão profunda, do mundo que se tem e dos momentos conturbados que se vivem. Independentemente da questão da revista satírica "Charlie", em que se poderá estar mais ou menos de acordo com o seu trajeto, apesar de grande liberdade, pois só com grande liberdade é que uma revista com estas características tem sobrevivido ao longo dos anos, há um fator que parece ao próprio absolutamente decisivo. A população francesa, pelas manifestações que tem feito, está absolutamente contra este ataque bárbaro, por uma razão fundamental, que deve mover os democratas, que é exatamente preservarem a liberdade, preservarem a democracia, e não se deixarem abater por estes atos bárbaros, de violência gratuita, refletindo porque é que estas coisas acontecem. ----

Cada um dos presentes, às vezes, como o Sr. Vereador Ernesto Ferreira colocou, questiona-se quanto ao porquê, ao como é que isto acontece, ou à forma em que tudo isto se move, estando-se, de facto, perante uma situação em que todos têm que reagir, porque não é esta a ideia de sociedade que se perfilha. -----

Pode haver diferentes opiniões políticas, mas todos perfilham do mesmo, que é a preservação da liberdade de expressão, da liberdade dos cidadãos e da democracia. Este é um ataque a uma das formas de expressão que tem sido usada desde sempre, que é o "cartoon". -----

Como disse no início desta reunião, a câmara municipal pretende, através do "Cartoon Xira", fazer uma evocação deste dia trágico, e expressar, para além deste voto de pesar que vai ser enviado à embaixada francesa em Portugal, à comunicação social, aos jornalistas, que continuem o seu trabalho com independência, um trabalho que é absolutamente decisivo, e que não se deixe influenciar por esta situação tão complicada que aconteceu no dia 7 de janeiro em

[Handwritten signature]

Assunto: REINÍCIO DA ATIVIDADE E LABORAÇÃO DA EMPRESA ADP FERTILIZANTES--
Presente o ofício nº 9340, datado de 2014/12/31, dirigido a Sua Excelência, o Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, e o ofício nº 9341, datado de 2014/12/31, dirigido a Sua Excelência, o Ministro da Saúde, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata, para conhecimento do reinício do funcionamento e da laboração da empresa industrial ADP Fertilizantes, no concelho de Vila Franca de Xira.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que a CDU tem quatro notas para abordar relativamente à carta de que o Sr. Presidente dá conhecimento, e que foi enviada para o Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia, bem como para o Sr. Ministro da Saúde.-----

Quanto à primeira nota, é constatar que, de facto, é no mínimo lamentável e caricato que o órgão câmara municipal e os seus eleitos saibam pela comunicação social informação que os membros da CDU consideram relevante, e absolutamente necessária para a gestão camarária e dos seus procedimentos, bem como para a retoma da normalidade do quotidiano do concelho de Vila Franca de Xira, no âmbito do surto da "legionella".-----

Como segundo ponto, é claro que repudiam essa atitude do Governo, através do Ministro do Ambiente, que da fase do segredo de justiça passou para uma fase de divulgação e entrega de notícias à peça, de acordo, muito provavelmente, com uma tentativa de desresponsabilização da atuação do Governo nesta matéria.-----

Como terceiro ponto, o mínimo que se esperava, e que se exige, e infelizmente até à data ainda não reconhecido, é que da parte do Governo, depois da já conhecida emenda legislativa que retirou meios de fiscalização à atuação das entidades da administração central, que esvaziou competências desses mesmos organismos e destruiu emprego público em matérias tão cruciais como as questões do ambiente e do controlo industrial, houvesse a retoma de legislação, a bem da salvaguarda da saúde das populações, e da necessidade de assegurar a harmonia da atividade industrial e económica, além da defesa dos postos de trabalho das empresas diretamente envolvidas.-----

Como quarto e último aspeto, como não poderia deixar de ser, repudiando esta atitude do Governo, a CDU exige uma mudança da sua postura, com a

A [assinatura]

consequente tomada de medidas urgentes, em linha com a situação dramática que todos conhecem, e que nas famílias se viveu, e infelizmente e tragicamente ainda se vive.-----

Agradecem ao Sr. Presidente ter-lhes dado conta desta situação, e na modesta opinião da CDU os quatro pontos resumem no essencial o repúdio, inquietação e intranquilidade que os seus membros têm sobre esta postura absolutamente irresponsável do Governo de direita.-----

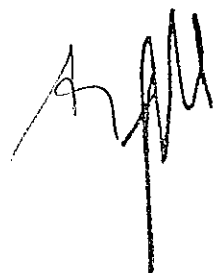
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo sobre esta carta estão de acordo, e pensam que o ministério, os seus serviços e o Sr. Ministro, pessoa por quem tem consideração e de reconhecida competência, deveriam ter informado a câmara municipal, e consequentemente o município, do início das atividades e laboração da empresa Adubos de Portugal.-----

Não têm nenhuma dúvida em apoiar esta matéria. Quanto às questões de propaganda, demagogia e mentira que acabou de escutar neste momento, só apela à memória das pessoas e às gravações desta reunião de câmara.-----

O mesmo Partido Comunista Português que assume aqui, e que diz, que é a irresponsabilidade da câmara municipal, foi o mesmo partido que ainda há 15 dias apelou à abertura da fábrica e à laboração da mesma, sem ter nenhuma preocupação pela saúde das pessoas. Aliás, o próprio fez uma intervenção a seguir, em que disse que estava em causa a segurança das pessoas, e que não aceitava que a fábrica abrisse se não estivessem garantidas as questões de segurança.-----

É absolutamente lamentável, e quando se fala de vergonha, considera que é de facto uma falta de tudo, inclusivamente de vergonha, quando se vem dizer que a culpa desta matéria é do Governo. Quando se vem falar de problemas de legislação, pode referir o que andou a dizer, quer o Bloco de Esquerda, quer o Partido Comunista Português, no parlamento, sobre a legislação, em que confundiram o ar interior com aquelas questões que ali estão.-----

Quando se fala de retirar meios de fiscalização, mais uma vez é uma mentira, uma aldrabice e um desconhecimento. Os Srs. Vereadores não sabem, não querem saber, e querem enganar as pessoas. Se não houvesse meios, o Estado não tinha intervindo imediatamente no sábado à noite e no domingo, quando na câmara municipal se teve uma reunião, e nesse mesmo domingo já pré se sabia de onde



era o local que estava a contaminar o espaço público. -----

Portanto, o Sr. Vereador mente descaradamente, diz essas coisas todas para enganar objetivamente as pessoas, quando sabe que o Estado teve todos os meios, colocou todos os meios, mandou-os inclusivamente a esta fábrica, quando se dizia que ela tentou esconder os indícios. Foram imediatamente, no fim de semana, equipas de propósito trabalhar nisto, e se não tivessem meios não teriam lá ido, não teriam atuado, e o Estado não teria atuado exemplarmente como atuou, e resolveu um problema, que é um problema de calamidade nacional e de calamidade no concelho. -----

As intervenções que foram feitas ao longo de todo o processo, nomeadamente de reconhecimento do trabalho do Estado, não é do Governo, é do Estado, dos serviços públicos, foram reconhecidas por todos como exemplares, contendo meios, e os Srs. Vereadores, que vêm fazer um "arauto" de "virgens ofendidas", vêm falar de uma coisa que é séria, tentar atacar o Governo, ao dizerem que não deu meios, que alterou a legislação, quando a coisa é mentira. -----

Os Srs. Vereadores o que querem é defender os "lobbies" instalados, que é obrigar, como se as pessoas que estejam lá fora não estejam defendidas pela legislação, ou como se aquilo que aconteceu não seja crime, como se a legislação em Portugal em vigor não preveja aquele tipo de crimes. Os Srs. Vereadores vêm falar de coisas, de tudo e de nada, quando se contradizem, e quando há 15 dias diziam que a fábrica havia de abrir ontem, e deviam-se preservar os trabalhadores e preservar tudo. -----

Hoje vêm dizer exatamente o contrário, e de facto pensa que as pessoas devem ter, efetivamente, vergonha desta matéria, e não de "fait-divers" que vão atuando. O Sr. Presidente interveio, dizendo que ficou muito surpreendido, negativamente, pelo facto de ter sabido por outras vias que a fábrica ia entrar em laboração. Ficou surpreendido, em termos institucionais, e pela relação que houve naquele período difícil, em que estiveram todos imbuídos no espírito de resolver os problemas, aproveitando para enaltecer toda a gente, tanto do Ministério da Saúde, como do Ministério do Ambiente, e também as pessoas envolvidas da câmara municipal e dos serviços municipalizados, que fizeram um trabalho que reputa de grandioso a todos os níveis. -----

Hoje põe-se muito em questão o Serviço Nacional de Saúde, e com razão, mas o que é um facto é que o Serviço Nacional de Saúde, naquele momento, conseguiu estar à altura das necessidades, o que é também de registar. O próprio foi contactado, tanto pelo Sr. Ministro da Saúde, como pelo Sr. Ministro do Ambiente, que lhe falaram uma ou outra vez, tiveram muitas reuniões, e foi uma relação séria, no sentido de estarem todos imbuídos no mesmo espírito, de resolver o problema, e assim foi.-----

Portanto, o executivo ficou surpreendido, e por isso é que reagiu com estes ofícios, porque pensa que se deve ter tratado de um lapso, não pode ter sido de outra forma, porque a câmara municipal, todos, deviam, em primeira linha, saber se, e está convicto que sim, a empresa reiniciou a sua laboração, e se todas as condições de carácter ambiental estavam asseguradas. -----

Não quer pensar outra coisa que não seja isso, porque seria uma imensa irresponsabilidade que o próprio nem consegue pensar, que as entidades responsáveis sobre esta matéria tivessem dado o seu parecer para o reinício da laboração sem as condições necessárias. Julga que esta chamada de atenção é para que, tanto um ministério como o outro, se manifestem, e certamente que vão responder, dizendo que se tratou dum lapso, não quer pensar que seja outra coisa. A câmara municipal, num determinado contexto, foi convidada, ou quase nem é esse o termo, foi-lhe pedido, e fez, como aquilo que deveria fazer no quadro das suas competências e responsabilidade, tudo o que lhe foi solicitado, houve uma interligação, que julga muito boa, e agora só quer pensar que seja um lapso. -----

Para terminar, sobre esta matéria muito se falou, muito se vai falar certamente, e só refere um aspeto que lhe parece de capital importância. A câmara municipal não é contra as empresas. As empresas são importantíssimas para a economia, não só do país, mas também para a economia local e social. Numa situação de grande dificuldade que se atravessa têm que se preservar e criar mais postos de trabalho, mas tudo tem que ser equacionado, numa grande responsabilidade por parte das empresas, e uma exigência das próprias entidades reguladoras sobre esta matéria de carácter ambiental, para que todas as pessoas tenham a certeza, tranquilidade e serenidade necessárias, para se dizer que tudo pode coexistir, se as regras forem cumpridas. -----

[Handwritten signature]

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU querem responder ao Sr. Vereador do PSD, dizendo que não vão corresponder aos seus intentos. Não estão presentes para fazerem correspondência de natureza pessoal, não vão provar demonstrações de caráter, e muito menos vão entrar nas insinuações e ataques às personalidades de cada um dos que se senta à volta da mesa desta reunião. -----

O Sr. Vereador Rui Rei pode ficar descansado, e o seu discurso, que é um discurso do PSD, porque o próprio faz a devida comparação, mas o Sr. Vereador representa o PSD e a Coligação Novo Rumo, é um discurso com o qual não se reveem, é uma postura que consideram absolutamente vergonhosa para uma postura institucional que deve assistir a um órgão como é o da câmara municipal, e dá-lhe só uma recomendação, perguntar aos seus pares e àqueles que assistem às reuniões de câmara se se reveem no estilo e na forma como lida com a discussão que se faz na câmara municipal. Poderá ter algumas surpresas, mas está convencido que não, pensa que o Sr. Vereador, se continuar a insistir nessa linha de atuação, e o seu partido, continuará a divagar e a fugir daquilo que é essencial. -----

Depois, falará de alguns dos aspetos que lhe parecem fundamentais na posição do PCP e da CDU sobre esta matéria e, não querendo fazer uma indelicadeza, que é transmitir para a esfera pública aquilo que foi conteúdo de uma reunião privada da câmara municipal, recorda alguns dos passos essenciais que obrigaram o Sr. Vereador a convergir com os membros da CDU, da necessidade de informação e da própria câmara municipal envolver todos os seus intervenientes, para que tivessem efetiva necessidade de saber em tempo real o que se estava a passar, e as causas e consequências de tudo aquilo que estava a acontecer. -----

A dada altura, e é uma opinião dos membros da CDU, começaram a perceber que a câmara municipal funcionava mais como agente de pressão em função de algumas declarações, nomeadamente das inquietações das populações, e da Junta de Freguesia de Vialonga, do que propriamente através duma política preparada e adaptada a uma situação excecional, que exigiria obviamente também medidas excecionais. -----

Passadas estas semanas todas, e com todo este dramatismo, o que é que se pode dizer que resultou da atuação do Governo? O que resultou da atuação do Governo



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

Fl. Livro _____

Fl. Ata 063

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

é aquilo que efetivamente conhecem da comunicação social, passou tudo para a fase de segredo de justiça. Foram dos primeiros a dizer, há muito tempo, que precisam de perceber o que é que aconteceu, porque é que aconteceu, e quem é que vai assumir as responsabilidades de tudo quanto aconteceu. -----

Ao contrário de outros que, ou na comunicação social, ou noutros sítios, se predispuseram para dizer que era daqui ou dali, da parte do PCP e da CDU, e destes vereadores, nunca houve nenhuma tentativa de dizer que é este ou aquele responsável. Disseram apenas que as entidades devem ser chamadas a pronunciar-se sobre essa matéria, e que se deixem de tentativas, que efetivamente foram efetivas, de desresponsabilização de toda esta matéria. -----

O Sr. Vereador poderá dizer aquilo que lhe assiste dizer, é uma opinião, representa o partido da direita, representa o Governo de direita que está neste momento no Governo, e o próprio não esperaria da sua parte uma outra postura ou atitude que não fosse essa. Contudo, a verdade é que o serviço de ambiente responsável por acompanhar estes serviços ou atividades perdeu meios. Isso é uma verdade inquestionável, e o Sr. Vereador tem obrigação de saber, e se não souber, tem forma de obter essa informação, como também sabe que a Direção-Geral de Saúde, nos últimos tempos, além de se ter assistido a uma fuga de profissionais, perdeu competências do ponto de vista da atuação do terreno. -----

O próprio admitirá, no plano teórico, que o PSD não convirja com as ideias da CDU, mas o debate público que se fez sobre esta matéria, as sucessivas intervenções de diversos intervenientes de saúde pública profissionais, puseram a nu a fragilidade e a responsabilidade deste Governo nesta atuação. -----

Não quer recordar aquilo que aconteceu do ponto de vista da assistência hospitalar, porque de facto a situação foi caótica, como todos sabem, e a dada altura até exigiram, mas foi infelizmente mais uma situação que não foi totalmente correspondida, que da parte do Ministério da Saúde houvesse uma atitude coincidente no sentido de criar condições para a contratação extraordinária de profissionais de saúde para uma situação de emergência. Portanto, percebem o contexto da intervenção do PSD, os Srs. Vereadores representam a direita, e é a direita que está neste momento a comandar. -----

Em relação aos postos de trabalho, e à necessidade de se preservarem as

empresas, como é óbvio é dentro da harmonia e do respeito pela legislação que o PSD fez o favor de alterar, a bem da desresponsabilização dos meios do Estado para a fiscalização permanente de atividades económico-industriais, como é óbvio. Não lhes passa pela cabeça que haja alguma tentativa de “com a barriga”, com medidas legislativas ou outras medidas quaisquer, como aquela que se diz que é a do segredo de justiça, criar condições de cerco a esta ou aquela unidade industrial. O que pensam é que os comentários que fizeram assistem à CDU, e são comentários que, efetivamente, ainda dizem muito respeito às populações, pois ainda se está a viver esse drama, e lamenta que nem para isso, da parte do PSD, tenha havido essa pequena sensibilidade. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, cumprimentando e desejando um bom ano a todos, pois é a primeira vez que está a intervir hoje, dizendo apenas que, passando por cima da parte relativa às picardias entre a esquerda e a direita, pensa, relativamente ao processo da “legionella”, que ficam alguns dados. -----

Por um lado, o dado negativo, que foi o surto em si mesmo, em que, sob o ponto de vista, quer da câmara municipal, quer também da administração central, o que competia imediatamente era acionar todas as respostas possíveis. Relativamente a essa matéria, não pode deixar de testemunhar, mais uma vez, o que foi a muito boa articulação entre as diversas autoridades nacionais, sob a coordenação direta do Ministério da Saúde, em que a Direção-Geral de Saúde teve um papel extraordinário, e articulou com a câmara municipal e os SMAS ações no terreno, desde a própria tarde em que se começaram a verificar os casos anormais de contaminação pela “legionella”. -----

Depois, esta articulação entre a Direção-Geral de Saúde e a câmara municipal e SMAS teve também uma muito boa reação por parte do Serviço Nacional de Saúde, no que diz respeito, quer ao tratamento direto pelo hospital, e não se pode esquecer que, se não se tivesse já este novo hospital, a resposta teria sido muito mais deficiente, porque as instalações do hospital anterior não tinham nenhuma condições como as deste felizmente têm, quer dos agentes locais, que procederam ao encaminhamento imediato dum número anormal, a nível mundial, de doentes a que foi preciso dar resposta. -----

Pode-se querer, permanentemente, apontar apenas o que foi negativo, é um estilo,

mas também tem que se reconhecer o que faz a Organização Mundial de Saúde quando analisa este processo, e vem apresentar um relatório em que diz que Portugal, e Vila Franca de Xira, responderam com uma qualidade que é inabitual, mesmo nos países mais avançados do mundo, onde estas situações infelizmente também acontecem.-----

Não quis deixar de trazer à discussão estes aspetos que são importantes, e um outro, que é a preocupação da câmara municipal desde o início, e o Sr. Presidente desde a primeira hora também deu conta disso, com a questão da fiscalização. É preciso que a fiscalização, sobre as unidades produtivas, seja adaptada às necessidades e consequências que uma falta de fiscalização possa vir a ter e, efetivamente, o que é importante neste momento é que a fonte foi encontrada, e pelos vistos terá sido debelada, razão pela qual está a funcionar. Contudo, é importante que as pessoas se sintam descansadas, que podem confiar que as autoridades públicas, a quem compete a fiscalização, fazem essa fiscalização, e que as unidades produtivas que estão situadas próximas das zonas residenciais têm tudo em condições.-----

Não basta que declarem que têm condições, porque mesmo que declarem a verdade é que estes acidentes acontecem, pelo que é preciso que o Estado tenha meios para atuar. Para ter meios para atuar, é preciso que a lei também seja alterada, e essa recomendação o executivo da câmara municipal fê-la imediatamente, e o Sr. Presidente tem sido um defensor dessa filosofia, de que há uma responsabilidade de aprendizagem para o futuro que compete ao parlamento e necessariamente ao Governo. -----

As câmaras municipais, não tem dúvidas, estão ao lado do que for a sua solução, mas uma coisa é certa, as populações não podem estar vulneráveis a situações destas, e a câmara municipal não quer, nem pode admitir, que estas situações se repitam.-----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, mencionando que não há nenhuma alteração legislativa, e não houve nenhuma alteração legislativa, ao contrário do que andou a dizer o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português. Não houve nenhuma alteração legislativa que colocasse a população ou as populações em risco. Não houve nenhuma, e mais, o que aconteceu, vindo-se a provar que é aquilo que ali

está, é um ato criminoso, em que qualquer responsável daquelas empresas, e mais um conjunto de gente, tem que ser absolutamente responsabilizado, e isso não tem a ver com o governo A, governo B ou governo C. -----
Quem gere empresas desta dimensão, com este tipo de responsabilidade, sabe que tem um conjunto de procedimentos que tem que fazer para garantir a sua laboração e a segurança de envolvente. Não há nenhuma lei que tenha alterado coisa nenhuma, absolutamente nenhuma. Portanto, tudo o resto que anda a ser dito é a tentativa de aproveitamento duma determinada situação, para criar o alarme. Nesta discussão esquerda/direita, dependendo de onde as pessoas se situam, do seu ponto de vista está à esquerda, e quando houve alguns argumentos perfeitamente reacionários, não os revê, a não ser que sejam na defesa de alguns setores de atividade que queriam ter ali coisas, como se costuma dizer em bom português, "alimentar burros à manjedoura", que é o que acontece muitas vezes. --
Passada essa questão essencial, em que o próprio falou sobre a matéria variadíssimas vezes, e nunca teve nenhuma dúvida que se a empresa ou empresas tivessem que fechar, e há pessoas que são testemunhas dessa sua afirmação, estivessem lá 1000, 2000, 3000, 5000 trabalhadores, tinham que fechar imediatamente, porque o que estava em causa era a saúde pública e eventualmente a morte de pessoas, que é absolutamente inaceitável.-----
Quanto à intervenção do Sr. Vereador Nuno Libório, é um "chorrilho de mentiras", aldrabices, coisas que nem tem palavras para afirmar, não tem nada. Primeiro vem dizer que não dá importância nenhuma à intervenção, mas esteve 10 minutos a falar da intervenção do próprio, pelo que a sua credibilidade fica logo por terra. Seguiu tudo o que o próprio estava a dizer, e depois vem acusar o Governo de coisas que ainda agora o Sr. Vice-Presidente e o Sr. Presidente testemunharam, que a organização do Estado funcionou na perfeição. Vem atacar o Serviço Nacional de Saúde, quando o Serviço Nacional de Saúde funcionou em coordenação, vindo falar de coisas que não sabe.-----
O próprio mora na Póvoa de Santa Iria, a 10 metros duma das fábricas que em teoria veio assumir responsabilidade, quando tinha menos responsabilidade, e foi por isso que a seguir o Estado teve que vir pôr ordem, e dizer onde é que estava o grande foco de contaminação daquilo. -----

A

[Handwritten signature]

Quando o Sr. Vereador vem falar de coisas, deve sair de manhã e voltar à noite, nem sabe do que está a falar, e diz um conjunto de disparates. -----

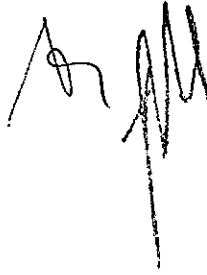
Interveio o Sr. Presidente, agradecendo que o Sr. Vereador termine a sua intervenção. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que não interrompeu ninguém, ainda não terminou, esta é a sua forma de ser e de estar, e quem não está bem muda-se. Não admite que se venha com um conjunto de mentiras e insinuações, porque o próprio fez afirmações. Não faz insinuações baratas, fez afirmações, o Sr. Vereador é que vem insinuar com a "cassete" que lhe deram para falar, porque depois não estuda, não lê, e não sabe. Vem falar de "sound bites", não estuda, não vê, não sabe. Portanto, fala de coisas, e ainda há 15 dias disse exatamente o contrário, ainda há 15 dias veio dizer que era preciso que a empresa abrisse rapidamente e em força. -----

Constam na ata as afirmações do Sr. Vereador e as suas próprias, tendo o Sr. Vereador vindo falar, pressionado por alguém. Não tem nenhuma dúvida, porque os Srs. Vereadores defendem muitos, como o plano de urbanização do Barreiro, que é mau para um sítio, é bom para outro, e vieram dizer, "venha abrir a empresa rapidamente e em força", mas não os viu preocupados com coisa nenhuma. Só os viu preocupados, até hoje, com o espetáculo e o "show-off", não os viu preocupados com a essência da questão. -----

Quanto à matéria de coordenação, da boca do Sr. Vereador de coordenação ouviu "zero". O próprio já disse em tempos a sua opinião face à questão da atuação da câmara municipal, não é para hoje ser chamada, já a disse, e o Sr. Vereador ouviu falar "zero" sobre essa matéria, foi dizendo uns "sound bites" a reboque do presidente de junta "X" ou "Y", sendo que a opinião do próprio face à atuação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vialonga é exemplar. É uma pessoa pela qual tem um enorme respeito e apreço, e pensa que faz um trabalho em defesa da sua população. -----

Terminou, perguntando ao Sr. Vereador Nuno Libório se está a ver a diferença, pois o Sr. Presidente da junta é um homem que sabe aquilo que está a dizer, ao contrário do que o Sr. Vereador diz, que a única coisa que faz é "meter a cassete", depois às vezes entra em "loop", e está 10 minutos a dizer a mesma coisa. -----



O S. Presidente interveio, mencionando que apenas quer dizer algo sobre o que está a ouvir, ou seja, todos têm que se cingir ao debate político, e não têm que fazer apreciações de carácter pessoal. Os Srs. Vereadores defendem um projeto político, são da CDU, ponto final, e agradece que o Sr. Vereador Rui Rei, em próximas oportunidades, se cinja justamente a isso.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que não faz questões de carácter pessoal. Este é um debate político, e agradece que o Sr. Presidente veja, inclusivamente, os debates que se fazem por aí fora, e como se fazem, não há nenhuma questão de carácter pessoal. Quando “um tipo mente descaradamente” e não fala a verdade, tem que ser dito, o seu pai sempre o ensinou a fazer isso, e é o que diz ao seu filho, se mente, mente. O próprio fez uma comparação, da atuação do Sr. Vereador Nuno Libório versus a atuação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vialonga. São ambos do Partido Comunista Português, da Coligação Democrática Unitária, e o Sr. Presidente da junta, do seu ponto de vista, teve uma atuação verdadeira e exemplar.-----

Interveio o Sr. Presidente, questionando se o Sr. Vereador Rui Rei pediu a palavra novamente.-----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que não é assim, “aquele senhor vem para esta reunião, faz um conjunto de coisas, até quer apagar os vereadores, como fazia Estaline, e o próprio tem que estar, e aceitar tudo. Era o que faltava!”-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que também ouve muita coisa e tem que se aguentar. A vida é mesmo assim, há muita coisa que, de facto, o Sr. Vereador tem que ouvir, todos têm que ouvir, e tem que se respeitar. O próprio também houve muita coisa com a qual não concorda nada, mas é a opinião de cada um, e cada um é responsável por aquilo que diz.-----

O Sr. Vereador Rui Pereira interveio, mencionando, como o Sr. Presidente bem sabe, e os restantes elementos do executivo, que só vem às reuniões de vez em quando, mas são bastas as vezes em que assiste a espetáculos como este, e acaba por ser para si um espetáculo. Tem sorte, é para animar, para não adormecer, mas o Sr. Presidente deve permitir-lhe que o próprio diga, como já tinha dito, que compreende que com a posição que o Sr. Presidente tem hoje tivesse ganho muito mais paciência do que tinha quando não tinha esta função. Por dentro não sabe,

mas transparece que se “porta melhor” com aquilo que tantas vezes, como acabou de confirmar, também não gosta e tem que ouvir.-----

Agora, o próprio lamenta é que isto acabe por ser normal, o tem pena que assim seja, pois realmente, nestas discussões acaloradas, muitas vezes o que se consegue fazer é destruir a mensagem que A, B ou C estão a tentar passar. Mais não lhe parece de que o Sr. Vereador Rui Rei, na primeira reunião de câmara que se tem este ano, entrou com tudo. Se calhar uma brincadeira, até com uma cor mais escura, mas parece que vem tão inflado que traz tudo, traz o arsenal todo para esse combate político que está a fazer. Traz as bombas, as balas, os aviões, os tanques, traz tudo, com histórias da história que lhe contaram, mas, segundo diz, não faz juízos pessoais.-----

Aquilo que pede ao Sr. Presidente é que por vezes tenha mesmo que pôr um “travão” mais cedo, porque ao não querer coartar certas palavras, usando as suas, acaba por privar a todos de coisas bem mais sérias e concretas, que é o conseguir passar a mensagem que se deve tentar passar. Com estes “sound bites” ou “sound bombs”, o que passa é muito pouco, e se calhar essa é que é a intenção.-----

Quanto ao resto, o Sr. Presidente deve permitir-lhe que concorde em dizer que numa situação de emergência que se teve ficou de alguma forma satisfeito com aquilo que se foi capaz, enquanto país, de fazer, nomeadamente enquanto região e localidade ou localidades do concelho. Contudo, de alguma forma, quando se fala do Serviço Nacional de Saúde, ainda que tão atacado tem sido, do ponto de vista dos membros da CDU ele é também reconhecido pela própria Organização Mundial de Saúde como ainda sendo um dos melhores a nível mundial. Portanto, não o espanta que seja referido que realmente se esteve ao nível do melhor que há no mundo, porque ainda assim este é um dos melhores serviços nacionais de saúde que existem, e mal seria se não fosse capaz de se comportar assim.-----

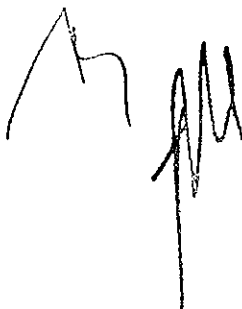
Aproveita para colocar duas situações relativas à própria empresa de que se está a falar com esta situação da “legionella”. A primeira é que a justiça terá que provar se realmente é dali, pois por portas e travessas também já ouviu dizer que a ADP não assume que foi dali que partiu o surto. Tem análises que provam o contrário, e o próprio não sabe se é verdade ou mentira. Assim, a justiça terá que investigar, e a seu tempo logo se saberá quem é que realmente tinha razão.-----



Reunião de 2015/01/14

Deliberação nº

Tomado conhecimento,-----



1. Assunto: PROGRAMA DE RESCISÕES POR MÚTUO ACORDO NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL – ASSISTENTE TÉCNICO – RUI MIGUEL DOS SANTOS BAIÃO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 126/14, de 12/11, do DGAFJ/DRH, para aprovação do indeferimento referente ao pedido de rescisão efetuado pelo trabalhador Rui Miguel dos Santos Baião, detentor da categoria de assistente técnico, no âmbito do programa de rescisões por mútuo acordo na administração local. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informações nºs 126/14, de 12/11, e 143/14, de 13/11, do DGAFJ/DRH, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara, com proposta do seguinte teor: “Tendo em vista a necessidade de manter o posto de trabalho em causa, propõe-se o indeferimento do pedido”.-----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, solicitando ao Sr. Presidente a discussão em conjunto dos pontos 4, 5 e 6, porque têm o mesmo teor.-----
Prosseguiu, dizendo que se está perante uma forma que o Governo de direita encontrou de esvaziar os serviços públicos. Nesta questão das rescisões por mútuo acordo, se tivesse acontecido no Ministério do Ambiente e no Ministério da Saúde, assim em debandada, se calhar não se teria tido a resposta tão eficaz como o Sr. Vereador Rui Rei disse há pouco, que aconteceu no caso da “legionella”. Portanto, os membros da CDU criticam veemente o que se quer fazer, que é retirar aos serviços públicos pessoal, para que tenham uma imagem denegrida aos olhos dos portugueses. -----
Neste caso em particular, porque é uma questão excecional, e vem a pedido dos próprios trabalhadores, e muitos já não exercem funções há algum tempo na



câmara municipal, gostariam de colocar uma questão, que é a seguinte: É possível que as vagas agora deixadas por estes 3 trabalhadores sejam contempladas no quadro de pessoal? A saída destes trabalhadores, por rescisão por mútuo acordo, deixa a vaga em aberto no quadro de pessoal, ou não?-----

Interveio o Sr. Presidente, respondendo que o posto de trabalho é extinto.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que a informação que tinham é que seria possível que estas vagas continuassem em aberto, mesmo com o programa de rescisão destes 3 trabalhadores.-----

Retomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que são extintas, e tem a dizer à Srª Vereadora que efetivamente esta hipótese é mais direcionada a municípios cuja possibilidade de emagrecer, para atingir aquilo que a legislação exige, é para números que têm que ter em consideração, o que não é o caso da câmara municipal. No caso desta autarquia estão-se a admitir pessoas dentro do limite que é necessário, e ao estar a dizer que sim, que se está de acordo com estas indemnizações, está-se só a resolver um problema às pessoas, pois eventualmente o percurso profissional das mesmas nem sequer passa pela câmara municipal.-----

Não faz nenhuma análise sobre este pedido ou os outros, os trabalhadores recorrem aos mecanismos que a lei permite, mas relativamente à administração, tem que verificar qual é o seu real interesse, que é manter as pessoas na câmara municipal. De facto, se assim não for o posto de trabalho é extinto, e a câmara municipal não quer. Enquanto responsável pelos recursos humanos, e pela análise que fez com quem está consigo nesta gestão, efetivamente será complicado dar um parecer favorável a estes pedidos de rescisão por mútuo acordo, pois quer que as pessoas continuem.-----

No caso deste ponto 4, em particular, a pessoa provavelmente já tem outro trajeto profissional em vista, e tem que assumir de vez se quer continuar ou ir embora, não tem que levar um “empurrãozinho”, nem que seja a câmara municipal a dar o “empurrãozinho”, que é disso que se trata, para tomar a decisão que já tomou, conforme pensa.-----

Os outros casos são um pouco diferentes, são pessoas que já estão nos serviços há muito mais anos, e já se pode falar sobre eles. Agora, a câmara municipal não quer que estes postos de trabalho sejam extintos.-----



Fl. Livro _____

Fl. Ata 073

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que dessa forma é o que vai acontecer, o quadro de pessoal vai ficar com menos 3 vagas. -----

O Sr. Presidente interveio, esclarecendo que se se decidisse dar parecer favorável à pretensão dos trabalhadores é que o posto de trabalho era extinto. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, questionando então qual é a proposta. É indeferir? -----

Respondeu o Sr. Presidente que é indeferir o pedido, dizendo o despacho que: "tendo em vista a necessidade de manter o posto de trabalho em causa, propõe-se o indeferimento do pedido". Esta matéria tem prazo e tem que vir a reunião para todos se pronunciarem, porque o próprio não tem competência, no quadro da legislação, para o efeito. -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que o Sr. Presidente quase já esclareceu a dúvida que os membros da Coligação Novo Rumo tinham. Todos os 3 pedidos vêm com proposta de indeferimento, com despacho do Sr. Presidente, e o que sabiam é que, tendo em vista a necessidade de manter o posto de trabalho, propunha-se o indeferimento do pedido. A dúvida que tinham é se haveria uma incongruência, se o posto de trabalho era eliminado face à aceitação dessas indemnizações, embora assista o direito das partes se entenderem quanto a uma rescisão amigável.-----

Agora, se há eliminação do posto de trabalho, a pergunta é até que ponto é benéfico ou não para a câmara municipal eliminar estes postos de trabalho, na medida em que são algumas categorias técnicas, que pensa serem fundamentais para o exercício da atividade. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, para completar o que disse o seu camarada, Sr. Vereador Vítor Silva. Os membros da Coligação Novo Rumo entendem que as autarquias devem ter autonomia para poder decidir, e se as partes entendem que devem acordar numa saída, as autarquias deveriam ter essa capacidade, mas, antes de terem essa capacidade, nomeadamente no caso de Vila Franca de Xira, deveriam avaliar os seus serviços.-----

Não é estar a avaliar os colegas que trabalham na administração pública local, o que estão a dizer é que é preciso avaliar o que a câmara municipal quer do município para os próximos 10, 20, 30 anos. O que é que se quer para o município

Am

de Vila Franca de Xira nos próximos 20 anos? O que é que se pensa que vai ser o poder local nos próximos 20 anos? -----

Não é só a câmara municipal, é com os sindicatos, definir com todos os parceiros, porque há municípios que fizeram acordos com os sindicatos que, do seu ponto de vista, são de vanguarda, e estão assinados por todos os sindicatos, incluindo a CGTP-IN e o STAL, e que permitem que os municípios possam fazer a transferência de alguns trabalhadores, desde que seja acordado, para IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social, e outros organismos, permitindo aos trabalhadores, inclusivamente, só trabalharem uma parte do dia, ou em casa, nalgumas áreas. Portanto, o que se tem que avaliar é o que se quer numa autarquia nos próximos 20 anos, ou o que se pensa que será uma autarquia nos próximos 20 anos. Que serviços competem à autarquia prestar nos próximos 20 anos, os de hoje, e os que eventualmente, sendo da autarquia hoje, não serão da autarquia amanhã? Aí é que se conseguiria avaliar se uma extinção de um determinado posto de trabalho é importante ou não. -----

Esta questão entronca-se noutra realidade, que é, normalmente quem quer sair a câmara municipal não quer que saia, e quem a organização quer que saia não quer sair. Muitas vezes acontece isto, seja no público ou privado, não há nenhuma diferença, porque depois é uma gestão. Há muitas vezes quem quer sair porque quer, porque não se sente realizado, tem outra oferta melhor e vai à procura. -----

Também se pode chegar a um entendimento sobre essa matéria, mas não veem, por princípio, que as autarquias não possam ter essa autonomia, e não a devam ter para gerir os seus recursos humanos, para que possam atingir os melhores objetivos e terem os recursos valorizados e motivados, que é esse o grande desafio dos próximos anos. A administração pública tem sido efetivamente muito castigada e, como tal, muitas vezes a motivação dos colegas da administração pública e da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, e dos outros municípios, não será a maior, fruto das circunstâncias dos últimos anos. -----

Mas é este desafio que se deveria ter, para poder ter uma administração pública mais motivada e eficaz. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que enquanto instrumento que as câmaras municipais podem ter, naturalmente que sim, e depois com certeza que as

Fl. Livro _____

Fl. Ata 075

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

mesmas decidirão aquilo que entenderem mais oportuno.-----

Quanto a uma visão a 20 anos, a sociedade está em mutação contínua, e é difícil ter uma perspetiva. De qualquer modo, e sem que constitua nenhuma “picada”, há um documento muito interessante que pode responder a algumas matérias, e julga que o PSD também certamente poderá evoluir em algumas matérias que estão referidas no mesmo, que se chama a “Agenda da Década”. Sobre esta matéria de recursos humanos também fala sobre algumas matérias.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que o Sr. Presidente vai atrasado, já se fizeram acordos, inclusivamente com o STAL, para essa matéria, não é preciso a “Agenda da Década”. Não se precisou de nada disso, o Sr. Presidente já vem atrasado. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, referindo que sobre esta matéria o PS está à vontade. É do futuro, e é uma base de confiança que o país precisa. Depois, está de acordo com o Sr. Vereador sobre a necessidade de se ter uma política de recursos humanos, e essa matéria também exige uma análise sobre a orgânica-funcional da câmara municipal, que deve determinar as exigências de mais recursos humanos num determinado sítio, local ou departamento.-----

É um trabalho que provavelmente se vai ter de equacionar, não sabe se ainda neste mandato ou não, até porque a orgânica atual é relativamente recente. Como todas as orgânicas que tiveram que ser revistas em todos os municípios foram feitas na base de uma legislação muito apertada, que constituiu a definição de algumas regras que criaram muitas injustiças, este trabalho deverá ser também no sentido da possibilidade de encontrar outras soluções que agora não são possíveis, para que haja mais áreas de coordenação de serviços. Como se sabe, diminuiu o número de departamentos e divisões, houve uma série de situações complicadas, e provavelmente no futuro certamente se vai ter que voltar a este tema, e através duma reorganização da orgânica-funcional ter condições de ver qual é o futuro. -----

Quanto a estas questões, precisa-se destes postos de trabalho, não se querem eliminar, e o que se propõe é o indeferimento dos pedidos. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando, como estava a dizer, que a questão da extinção do posto de trabalho era a preocupação, porque, como disse há pouco, se se vai esvaziar o quadro de pessoal dificilmente se vai conseguir

[Handwritten signature]

manter a qualidade dos serviços prestados. Por outro lado, ter-se-á que recorrer mais uma vez aos trabalhadores ao abrigo dos Contratos Emprego-Inserção - CEI, uma medida que os membros da CDU criticaram desde sempre, e entendem que não deve ser por aí que a câmara municipal deve seguir. -----

Assim, naturalmente, compreendendo as expectativas que estes 3 trabalhadores têm na procura destas rescisões por mútuo acordo, ainda assim, porque defendem um quadro de pessoal que seja digno daquele que é o serviço público, vão concordar com a proposta do Sr. Presidente. -----

Interveio o Sr. Presidente, esclarecendo que é por exigência de competência que traz as propostas dos dois pedidos dos SMAS, e portanto o Sr. Vereador António Oliveira gostaria de acrescentar mais uma questão. -----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, cumprimentando os presentes, e sublinhando apenas, porque o Sr. Presidente já disse o essencial, que no caso dos SMAS aplica-se a portaria que determina, a nível nacional, que todas estas situações, depois de analisadas em conselho de administração, devem ser remetidas ao Sr. Presidente da câmara, e posteriormente à câmara municipal para decisão. -----

Efetivamente estas duas situações são totalmente diferentes do primeiro caso, sem falar de casos em concreto, são 2 postos de trabalho essenciais no quadro orgânico dos SMAS, como é fácil de depreender, canalizador e fiel de armazém, pese também a boa informação dos serviços e responsáveis relativamente ao desempenho desses 2 profissionais. -----

Depois, os serviços, neste momento, estão a fazer um esforço, que já foi à última reunião de câmara e assembleia municipais, para ocupação de lugares no quadro de pessoal face à "avalanche" de aposentações que houve no ano passado, que no quadro dos SMAS é elevadíssima. Foram 11 pessoas, está-se em processo de ocupar 7 lugares, e querem-se ocupar na totalidade, porque, com o quadro que foi aprovado para 2015, não se reduziu o número de funcionários dos SMAS. -----

A Srª Vereadora falou, e bem, numa situação com que os serviços municipalizados deste país foram confrontados em 2014, que até aí se vinha a verificar e deixou de existir. Os SMAS deixaram de poder recorrer ao Instituto de Emprego, não podem ter a figura dos CEI, o que, em casos pontuais, poderia eventualmente colmatar a

[Handwritten signature]

situação ao longo daqueles 12 meses, mais 6 meses, portanto 18 meses. Parece que não mas os serviços foram limitados nessa situação, pois tinham um quadro, no caso dos SMAS de Vila Franca de Xira, ocupado com 6 a 8 CEI, e pura e simplesmente deixaram de ter essa hipótese. As pessoas continuam a ir ao Instituto de Emprego pedir para vir, e a resposta é a de que não há hipótese.-----

Os SMAS informaram a câmara municipal que não concordam com essa decisão, e através dos advogados recorreram até ao tribunal, porque entendem que é um parecer jurídico do Instituto de Emprego, que não reconhece aos serviços municipalizados do país a figura jurídica para estes CEI, mas reconhece, e não é o caso, aos presidentes dos conselhos de administração dos serviços municipalizados do país a mesma figura que reconhece ao presidente da câmara, que é contratar e rescindir contratos. Assim, há qualquer coisa que não está bem na lei, e os SMAS recorreram.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo, relativamente a este ponto, que crê que é aprovado por unanimidade, e aliás os 3 pontos.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 078

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº 004

1. Assunto: PROGRAMA DE RESCISÕES POR MÚTUO ACORDO NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL – ASSISTENTE OPERACIONAL (CANALIZADOR) – SMAS – JOSÉ CABRAL BARBOSA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 2924/14, de 29/12, dos SMAS, para aprovação do indeferimento referente ao pedido de rescisão, efetuado pelo trabalhador José Cabral Barbosa, detentor da categoria de assistente operacional (canalizador), dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, no âmbito do programa de rescisões por mútuo acordo na administração local. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 2924/14, 29/12, dos SMAS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara, com proposta do seguinte teor: “Tendo em vista a necessidade de manter o posto de trabalho em causa, propõe-se o indeferimento do pedido”. -----
A análise deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 4 da ordem do dia. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: PROGRAMA DE RESCISÕES POR MÚTUO ACORDO NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL – ASSISTENTE OPERACIONAL (FIEL DE ARMAZÉM) – SMAS – LUÍS MANUEL CARTAXO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 2922/14, de 29/12, dos SMAS, para aprovação do indeferimento referente ao pedido de rescisão, efetuado pelo trabalhador Luís Manuel Cartaxo, detentor da categoria de assistente operacional (fiel de armazém), dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, no âmbito do programa de rescisões por mútuo acordo na administração local. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 2922/14, 29/12, dos SMAS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara, com proposta do seguinte teor: “Tendo em vista a necessidade de manter o posto de trabalho em causa, propõe-se o indeferimento do pedido”. -----
A análise deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 4 da ordem do dia. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 080

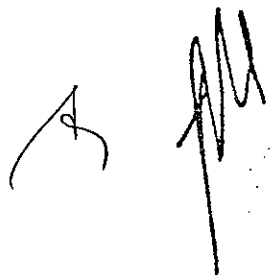
Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 30/15, de 05/01, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 2014/12/18 e 2014/12/31. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 30/15, de 05/01, do DGAFJ/DRH, mapa e respetivos documentos, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----
-----
6. Propostas: Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, perguntando ao Sr. Presidente se seria possível fazer chegar aos membros da CDU a informação de quantos trabalhadores estão neste momento ao serviço da câmara municipal e a que áreas, ou serviços, estão adstritos. -----
Pensa que os membros da CDU já solicitaram esta informação algumas vezes, e agradecia que a mesma fosse prestada, mediante aquilo que seja possível. -----

-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Fl. Livro _____

Fl. Ata 081

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: LEGISLAÇÃO – SÍNTESE -----

Foi dado conhecimento da publicação feita em Diário da República dos seguintes diplomas de interesse para a administração: -----

Resolução da Assembleia da República nº 103/2014, de 23 de dezembro, I série, que visa a eliminação das barreiras arquitetónicas pela garantia do direito de todos os cidadãos à mobilidade e à acessibilidade;-----

Decreto-Lei nº 181/2014, de 24 de dezembro, I série, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 478/99, de 9 de novembro, que aprova o processo de formação e avaliação dos navegadores de recreio, a emissão das respetivas cartas, bem como a credenciação e fiscalização das entidades formadoras, e à quarta alteração ao Decreto-Lei nº 280/2001, de 23 de outubro, que estabelece o regime aplicável à atividade profissional dos marítimos e à fixação da lotação das embarcações;-----

Decreto-Lei nº 182/2014, de 26 de dezembro, I série, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 21/2009, de 19 de janeiro, que estabelece o regime jurídico da instalação e modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e dos conjuntos comerciais; -----

Portaria nº 277/2014, de 26 de dezembro, I série, que define o fator de sustentabilidade e idade normal de acesso à pensão de velhice para os anos de 2015 e 2016;-----

Portaria nº 278-A/2014, de 29 de dezembro, I série, que estabelece os fatores de correção extraordinária das rendas para o ano de 2015; -----

Portaria nº 280/2014, de 30 de dezembro, I série, que fixa o valor médio de construção por metro quadrado a vigorar no ano 2015;-----

Portaria nº 282/2014, de 30 de dezembro, I série, que define os códigos de atividade económica (CAE) correspondentes a várias atividades;-----

Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, I série, relativo ao Orçamento do Estado para 2015; -----

Lei nº 82-D/2014, de 31 de dezembro, I série, que procede à alteração das normas fiscais ambientais nos setores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de



Deliberação nº



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

PM

Fl. Livro _____

Fl. Ata 083

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

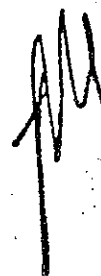
1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente e pelo Sr. Vereador António Félix, no período compreendido entre 2014/12/23 e 2015/01/07, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
3. Informações/pareceres:-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 34º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----
-----
6. Propostas:-----

-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

1. Assunto: BALANCETES -----
-----
2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----
Câmara Municipal:-----
Dotações Orçamentais-----17 914 491,06€
Dotações não Orçamentais----- 1 987 384,65€
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----
Dotações Orçamentais----- 2 902 718,23€
Dotações não Orçamentais----- 688 934,68€
-----
3. Informações/pareceres:-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: -----

-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

Fl. Livro _____

Fl. Ata 085

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – LISTAGEM DE CONTRATOS – DEZEMBRO 2014-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 4/15, de 07/01, do DGAFJ/DPFCI, para conhecimento da listagem dos contratos ao abrigo da autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo na celebração ou renovação de contratos de prestações de serviço, referente ao mês de dezembro de 2014. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 4/15, de 07/01, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento.-----

-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

[Handwritten signature]

1. Assunto: FUNDOS DISPONÍVEIS 2015 – INTRODUÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA DE 2014-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 2/15, de 06/01, do DGAFJ/DPFCI, para conhecimento da introdução do saldo de gerência de 2014 nos fundos disponíveis de 2015. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 2/15, de 06/01, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento. -----
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo consideram que é um saldo ainda bastante “gordo”, mas preocupa-os e gostavam de saber, e bem sabem que ainda é cedo, ainda se está no princípio de janeiro, se de acordo com o orçamento aprovado a evolução de gestão de tesouraria tem sido feita gastando em função das receitas, ou se efetivamente as receitas têm sido ainda inferiores, de modo a que se tenha que ir buscar dinheiro àquela parte não propriamente ligada às receitas, mas ao saldo que tem permitido poupar. -----
Pretende só esta informação, se realmente tem permitido as despesas evoluírem de acordo com as receitas previsíveis. -----
Interveio o Sr. Presidente, dizendo, antes de uma explicação mais detalhada do Sr. Vereador António Félix, que este resultado é possível pela construção de planos e orçamentos absolutamente realistas e prudentes. -----
Num momento em que se vive com as dificuldades a que se assiste, não se sabe bem como é que a evolução em termos económicos e financeiros, neste caso da



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 087

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

câmara municipal, evolui. Por isso, o executivo PS tem conseguido fazer uma estimativa em termos de receitas absolutamente prudente e realista, não inflacionando, porque há muitas formas, como o Sr. Vereador sabe, de construir planos e orçamentos.-----

Há quem proponha a venda de terrenos consecutivamente, que nunca se vendem, e esse é um ativo que pode ajudar na construção de um plano e orçamento. -----

O executivo do PS não o faz, nunca o fez, nem vai fazer, e isto permitiu um encaixe em termos de receita muito importante, sendo, em parte, a justificação deste bom resultado. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Félix, cumprimentando os presentes e, sendo a sua primeira intervenção, desejando um bom ano a todos, dizendo que basicamente o Sr. Presidente já deu a resposta, o próprio queria apenas referir, na linha do que o Sr. Presidente disse, que este executivo tem trabalhado no sentido de ter orçamentos o mais rigorosos possível, nomeadamente em termos de receita. -----

Fala em orçamentos rigorosos em termos de receita, e o Sr. Presidente já o referiu, porque não vale a pena o executivo estar a empolar receitas que sabe que à partida não vão acontecer, e obviamente só se está a enganar a si próprio.-----

O que aconteceu ao longo do ano de 2014 foi que a receita evoluiu de acordo com aquilo que o executivo tinha perspetivado, e nesse sentido não aconteceram desequilíbrios nas contas da câmara municipal. Apesar de ainda ser provisório, porque ainda haverá muitos movimentos a efetuar no sentido de se chegar a um saldo final de gerência, o que se perspetiva é que de facto o executivo não gastou mais do que aquilo que recebeu. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

[Handwritten signature]

1. Assunto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – MÉDICO VETERINÁRIO – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 107/15, de 07/01, do DGAFJ/DRH, para aprovação do parecer prévio vinculativo favorável ao contrato de prestação de serviços por avença, pelo período de 3 meses, a celebrar com Ana Isabel Teixeira Figueira Amaral Leonardo, na área de medicina veterinária, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 107/15, de 07/01, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto, à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Fátima Antunes, referindo que esta avença surge, como é descrito na informação, pelo gozo da licença parental do médico veterinário, que é o único que a câmara municipal tem, e existe a necessidade da continuação dos serviços médico-veterinários ser assegurada.-----
Sendo a substituição uma competência da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, foi indicado um médico que a virá fazer, no entanto verificou-se que a mesma não é a tempo inteiro, o que para os serviços municipais não é compatível, pelo que tem que se recorrer a esta avença, para que assegure de facto todo o trabalho que é necessário fazer, quer no canil, quer nos serviços médico-veterinários, sendo que cada um fará as funções que são da sua competência.-----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, colocando uma questão que surge aos membros da CDU, que diz respeito às questões da avença.-----
O médico veterinário que presta funções na câmara municipal é também por avença, ou é do quadro? -----
Respondeu o Sr. Presidente que já foi por avença, mas entrou para o quadro em

2011.-----

Concluiu a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso que a ideia que tinham é que era por avença, daí a questão que iriam colocar, mas assim não têm questões a colocar. --- Prosseguiu o Sr. Presidente, referindo que há uma matéria que tem que se analisar, porque a legislação diz que o Ministério da Agricultura deveria pagar à câmara municipal 40% do vencimento. É uma matéria que se está a verificar, porque o médico veterinário da câmara municipal ainda não está reconhecido e não abarca todas as especialidades em termos dos animais que são necessários avaliar. -----

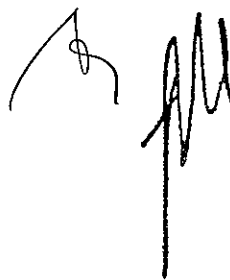
Já tem acontecido, e vai continuar a acontecer, principalmente nas quintas municipais, quando ocorrem situações com os animais, principalmente na Quinta Municipal da Piedade, a câmara municipal ter que contratar um outro veterinário, porque a especialidade do veterinário municipal é muito restrita. Isto causa um grande "engulho", e o próprio tem vindo a trabalhar com a Srª Vereadora Fátima Antunes para se encontrarem soluções, porque o serviço tem que funcionar ao fim de semana e à noite, e a situação não é nada fácil, nem simples. -----

Provavelmente, logo se verá, terminado o prazo que está estipulado para a avença, terá que se prorrogar, porque muitas vezes há situações de emergência que não carecem de estar à espera. O último caso foi um cão que foi sinalizado com uma corrente, que estava num péssimo estado de saúde, e como o veterinário já não estava ao serviço teve que se recorrer a serviços externos. -----

Se calhar em algumas circunstâncias vai ter que se pensar muito bem qual é a evolução que os serviços municipais de veterinária têm que ter, porque está com dificuldades. -----

Neste momento o médico de Alenquer vem resolver algumas questões mais complicadas, mas o serviço está a descoberto sobre as vacinas. Quando há um médico veterinário que está impedido de exercer as suas funções, o ministério, por obrigação, tem que indicar outro, neste caso foi o médico veterinário de Alenquer, que vem duas vezes por semana, mas é manifestamente pouco. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Fl. Livro _____

Fl. Ata 090

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 10/15, de 07/01, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente, no período compreendido entre 2014/12/22 e 2015/01/06, no âmbito do licenciamento de obras particulares previsto no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 10/15, de 07/01, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: -----

-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----




1. Assunto: ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO INDUSTRIAL SITO NO CABECEIRO DOS ÁLAMOS – QUINTA DAS AREIAS – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 4/97, DE 25/09-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 1086/14, de 19/12, do DPGQU/DGU, para aprovação, decorrido o período de discussão pública, da alteração ao loteamento industrial sito no Cabeceiro dos Álamos, na Quinta das Areias, União das Freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, titulado pelo alvará de loteamento nº 4/97, de 25/09, cujo promotor é Gasodata, Operações Sobre Imóveis, Lda. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 1086/14, de 19/12, do DPGQU/DGU, planta de localização, e planta de síntese (desenho PL1.03 s1), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----

-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

[Handwritten signatures]

1. Assunto: EXECUÇÃO DE PASSEIOS ENTRE A RUA DA REPÚBLICA E A ROTUNDA DA BOLONHA – PÓVOA DE SANTA IRIA – AUTO DE VISTORIA E RECEÇÃO DEFINITIVA E LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1714/14, de 18/12, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria e receção definitiva, bem como da liberação da totalidade da caução prestada, referentes à empreitada de execução de passeios entre a rua da República e a rotunda da Bolonha, na Póvoa de Santa Iria, adjudicada à Vibeiras, SA. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1714/14, de 18/12, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Presidente, referindo que se pode fazer a análise dos pontos 16 e 17 em conjunto. -----
Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que, do seu ponto de vista, e não querendo “puxar a brasa à sua sardinha”, este ponto 16 é um exemplo de que as coisas às vezes não ficam bem e deve-se insistir até que sejam corrigidas. -----
Essa insistência vem desde o tempo em que não tinha responsabilidades atribuídas, até quando exerceu essas responsabilidades, e nessa altura foi feito o acordo com o empreiteiro que na altura ganhou o concurso, a Vibeiras, que assinou um documento de compromisso com a câmara municipal de que efetivamente a obra que tinha feito, neste caso na Póvoa de Santa Iria, não estava correta e que, na altura, se não está enganado, antes das eleições seguintes, de 2013, procederia ao alcatroamento. Entretanto houve algumas obras que já foram explicadas em reunião de câmara, e o alcatroamento foi feito no verão passado, e bem. -----

[Handwritten signature]

Este é um exemplo de que se deve sempre exigir o que está no caderno de encargos, e obrigar a que quem ganha os concursos respeite esse compromisso para com o município, estando-se a falar neste, de certeza, de uma obra que se fosse paga pelo orçamento municipal, 100 000,00€ não chegariam. Mesmo assim há questões que a câmara municipal deveria repensar para outras obras, porque não faz sentido que mesmo assim tenham ficado alguns cabos aéreos naquela rua, nomeadamente de telecomunicações, que deveriam, no âmbito desta intervenção, ter sido enterrados. -----

Chama a atenção que ficou por resolver a zona dos antigos lavadouros, ainda lá está por fazer o muro e o passeio, que são pouco mais de 20 ou 30 metros, mas seria importante resolver esta situação. -----

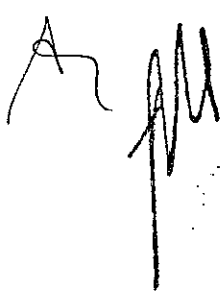
Falou disto como contraponto à questão da reabilitação da estrada dos Caniços, e fará só uma pergunta prévia, se for possível. Há uns remendos que foram feitos entretanto na rotunda, em frente ao Instituto de Apoio à Comunidade – IAC, e um outro apontamento, que presume que foi uma das exigências da câmara municipal para a receção desta obra. -----

O Sr. Presidente confirmou. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que, estando de acordo com essa questão, convinha que fosse salvaguardado, porque esta obra teve eventualmente a reposição de algum perfil, a execução da rotunda e, nomeadamente na rotunda, há um deslizamento que leva àquele apontamento que é o talude. -----

O facto de se ter arranjado o alcatrão, se não se mexeu em mais lado nenhum, não resolveu o problema da segurança do talude, o que quer dizer que mais 1 ou 2 anos o talude vai ceder na mesma. É mais ou menos o mesmo problema que existe na variante de Vialonga, se o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores lá forem ver, o talude da estrada não a segura, e a estrada está a ceder e a abrir onde passam os rodados e depois, mais ao lado, na berma, a estrada abre toda. -----

Aqui convinha que quem ganhou esta empreitada fosse “amarrada” a isto, caso contrário, se a câmara municipal pura e simplesmente aceita, só com a correção, e bem, se não salvaguarda a questão estrutural, amanhã, se abrir de novo, a câmara municipal é que vai ter que resolver a questão estrutural, porque deixou de ter hipótese de receber. -----



Chama, por último, a atenção para as pinturas. Quando as pinturas da estrada são feitas são para durar quando tempo? 1, 2 3, 5 anos? Se se verificar, na zona de Vialonga as pinturas estão mais ou menos visíveis, é se se chegar à zona do Forte da Casa elas estão praticamente apagadas, incluindo a passadeira em frente ao IAC. Pode-se dizer, "atenção que a estrada já tem 5 anos e tem o desgaste inerente a esta questão", está de acordo com isso, mas a verdade é que há pinturas que estão mais ou menos visíveis, e outras que estão completamente apagadas, quando se comparam, como por exemplo na EN 10, na parte que é da responsabilidade do município, salvo alguns apontamentos, e não levou nenhuma pintura desde 1997, 1998 ou um pouco antes, que deve ter sido a altura da receção. Quer dizer que há qualquer coisa que a câmara municipal tem que introduzir de diferente, ou o material que está a exigir não é de determinada qualidade que deve ser para vias com esta movimentação. Também não acha que em vias com pouco movimento se deva ter o mesmo grau de exigência, porque, se tem menos movimento, pode-se pagar menos e ter uma pintura diferente, mas em vias de grande movimento tem que se salvaguardar essa questão, porque se tem muito movimento e muita travagem, é natural, vai desgastar, o material não é eterno.-----

São estas questões que a câmara municipal devia salvaguardar antes da receção definitiva da obra e libertação da caução, porque após aprovar e receber, nada mais pode exigir ao responsável.-----

Foi exatamente isto que aconteceu na variante de Vialonga, a câmara municipal recebeu a obra no verão de 2010, se não está enganado, não tem de memória, e a obra apresentou sinais de deterioração logo a seguir, se é que alguns já lá não estavam, embora não tão evidentes. -----

Estas coisas têm que ser avaliadas, senão, a seguir, a câmara municipal paga.-----

No caso da variante de Vialonga, pior, porque a empresa estava em insolvência e o dinheiro foi devolvido à massa falida, nem foi sequer para a empresa.-----

Neste caso em concreto só achava que valia a pena avaliar a questão para melhor decisão.-----

Terminou, dizendo que uma das questões que os membros da Coligação Novo Rumo levantaram à época era a questão da ausência de passeios na via entre o

 
Forte da Casa e Vialonga. Na altura foi uma decisão, porque se dizia que era uma estrada, se não se engana, periurbana, e não se justificava, mas há uma zona a seguir ao edifício onde está o IAC e o centro comercial, em que o suporte das terras é feito em talude, e há um talude na parte de cima. -----

Aquilo é um talude, tem um “plateau” que tem dimensão e, ao que parece, foi lá deixada essa dimensão para, se se quisesse, fazer passeio a seguir. Na altura, quando esta discussão foi feita, a câmara municipal não sabia de nada disto, mas mais tarde veio-se a verificar que é assim. Há um espaço, ao que parece, por cima, e até existem ali umas hortas, e eventualmente aí por cima tem condição de ser feito um passeio, que há de ter ligação à rotunda. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que foi uma das questões analisada na altura, não é possível fazer passeio, mas o que é um facto é que passa lá muita gente a pé. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que hoje em dia, fruto das circunstâncias, das muitas pessoas e da vida que as pessoas levam, mesmo se se passar às 19h00 ou às 20h00 há pessoas a correr na variante de Vialonga. Fazem aquele percurso que está executado numa espécie de passeio na urbanização que vem encostar ao Intermarché, e depois está feito até à frente, mais ou menos até à bomba, e a seguir entram na estrada, de um lado e do outro. Vêm andar e fazem vários percursos, ligam à Póvoa de Santa Iria pelos caminhos de Fátima, e depois naquela via. -----

Se a câmara municipal conseguir ir fazendo devagarinho alguns destes prolongamentos, pois estes passeios são muito utilizados, quer por quem circula entre as freguesias, quer eventualmente por quem pratica o seu “jogging” diário, ao mesmo tempo ligará à zona ribeirinha, onde a câmara municipal tem um projeto, e futuros. -----

É isto que faz sentido, pensar para futuro, não se consegue fazer tudo de um dia para o outro, mas consegue-se ir pensando, colocando em plano e depois ir executando, e é esta a sugestão que deixava. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que é uma boa sugestão e aquilo que pede ao Sr. Diretor do Departamento de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana, não é sobre os terrenos da ADP – Adubos de Portugal, mas é sobre a

A7

titularidade de todos aqueles terrenos. -----

Na estrada, quando se vai no sentido Forte da Casa/Vialonga, do lado direito há um talude e a câmara municipal precisava de utilizar, na parte superior do talude, 2,5 metros de largura. No fundo, é verificar se alguma daquela parte é municipal ou não. -----

Tomou a palavra a Engª Rosário Ferrão, referindo que, na altura, em colaboração com a junta de freguesia, chegou-se à conclusão que era possível fazer aqueles caminhos, ainda que em terra batida, portanto não têm nenhum revestimento, porque as pessoas já usavam aqueles trilhos. No fundo foi só regularizar os trilhos para as pessoas não andarem no meio dos buracos e das pedras. De facto não se viu a titularidade, mas é natural que sejam terrenos que estejam na posse da câmara municipal, no âmbito da urbanização do Sr. José Maria Duarte Júnior. -----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo que efetivamente há duas situações, uma delas em relação à rua da República, que foi mencionada pelo Sr. Vereador Rui Rei, na questão dos antigos lavadouros, um situação, salvo erro, de 20 metros. Não sabe se se estão a referir à mesma zona, que será na zona onde está a antiga passagem de nível, tendo o Sr. Vereador Rui Rei confirmado. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador António Oliveira, esclarecendo que neste momento essa situação foi suspensa porque, depois de insistências de alguns anos, a Simtejo decidiu-se finalmente a montar ali uma estação elevatória, que manda em "relining" para a estação de baixo e depois para a estação de tratamento de águas residuais. -----

É um investimento que tem os seus custos para a Simtejo, mas teve que ser obrigada a fazê-lo, porque 3 vezes por semana os camiões dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento estão a desentupir aquela gradagem, pelo que teve que montar ali uma estação elevatória em condições. O município vai depois fazer um trabalho final naquela zona, só não o fez por causa disso. -----

Em relação às pinturas, concorda plenamente, só que têm uma garantia de 2 anos, e no caso em apreço está-se a falar de uma situação que vem de 2008, mas concorda que no momento antes dos 2 anos deve ser feita uma vistoria mais rigorosa, principalmente ao nível da pinturas, e obrigar a empresa a reforçá-las, porque depois a câmara municipal fica com aquele problema nos braços, que é

[Handwritten signatures]

concreto. -----

Quanto ao tipo de pintura, também concorda que, derivado à intensidade de tráfego que aquela via tem, como na variante e na rotunda dos Caniços, efetivamente, se calhar, agora já não se vai por aí, mas vai-se ter de o fazer e ter esse cuidado. -----

O Sr. Presidente interveio, perguntando qual o sentido de voto dos pontos 16 e 17, dizendo pensar que o ponto 16 é aprovado por unanimidade. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando se não se vai verificar a situação do talude. -----

Respondeu o Sr. Presidente que se lembra, porque esta matéria foi muito conversada e o Sr. Vereador Rui Rei até queria 4 vias, queria alargar a via e em alguns sítios manifestamente não havia espaço. -----

O projeto de reabilitação da estrada dos Caniços que foi apresentado, numa apresentação um bocadinho estranha, previa a intervenção que lá foi feita, não previa o reforço dos taludes. Uma coisa é a câmara municipal agora ter que encontrar eventualmente uma solução de reforçar aqueles taludes, porque na empreitada isso não estava previsto. -----

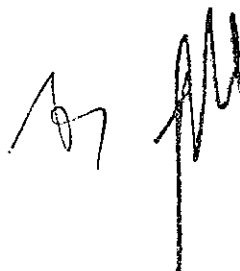
Interveio de novo o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que, se o Sr. Presidente se recordar, a estrada tem a rotunda e sofre um ligeiro reperfilamento em frente às instalações 2 do IAC, não sabe o que está no projeto, hoje está a “falar de cor”, mas onde cedeu é exatamente aí, na rotunda e ligeiramente antes. -----

Interveio a Engª Rosário Ferrão, esclarecendo que cedeu no betuminoso, e não na base. -----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que, se a Engª Rosário Ferrão diz isso, aceita, o que diz é que ao passar de carro via-se um corte perpendicular à estrada, que parecia que ela estaria a ceder, razão pela qual estava a perguntar. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo podem votar, mas mesmo antes de se assinar o auto poder-se-ia verificar. Se for só do betuminoso, está perfeito, se não for, é uma questão de, mais mês, menos mês, para depois ceder de novo, porque se a base não tem sustentação, o betuminoso vai ceder. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que, com esta reserva, que tem sentido verificar, poder-se-á aprovar este ponto e, antes da assinatura final da



receção definitiva, analisar com a empresa e trazer a reunião de câmara as conclusões: -----

Primeiro ponto: O que é que o projeto previa? Não se lembra, mas se previa uma coisa, a obra tinha que ser executada de acordo com o mesmo. -----

Segundo ponto: Há alguma questão que tinha de ser salvaguardada no âmbito da obra? Também não sabe, deve-se analisar. -----

Por isso, o ponto é aprovado, e têm que se avaliar, antes da assinatura do auto de receção definitiva, estas matérias. -----

Interveio a Engª Rosário Ferrão, dizendo que o auto está assinado, foi feita a vistoria à obra toda e foi feito o auto. -----

Perguntou o Sr. Presidente se não é possível reanalisar esta questão, mesmo aprovando o ponto, ao que a Engª Rosário Ferrão respondeu que se pode reanalisar o talude e ver o que se passa com o mesmo. -----

Perguntou ainda o Sr. Presidente, na opinião da Engª Rosário Ferrão, do que é resultante a fissura. -----

Respondeu a Engª Rosário Ferrão que a fissura foi uma retração no betuminoso, que aconteceu e que não era visível, e que depois, com a passagem das viaturas, foi abrindo. Foi fresado posteriormente, depois de se ter selado, e em reunião de câmara foi dito que era preciso verificar melhor. -----

Esse trabalho foi feito em novembro, fez-se uma fresagem com aquela largura e verificou-se que a fissura estava só no betuminoso, não tinha passado para a base, não indiciava que houvesse movimentações na base, mas pode-se ainda verificar, olhando bem para o talude, porque julga que não se verificou o talude, viu-se a obra, e não pode dizer neste momento se o perfil transversal da obra naquela zona tinha algum aterro. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo, com esta necessidade de observar ainda, ou pelo menos de monitorizar a situação, que o ponto 17 também é aprovado por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira, com a necessidade ainda de se observar e monitorizar a situação, no que se reporta ao talude ou à base da estrada. -----

Handwritten signature

1. Assunto: REABILITAÇÃO DA ESTRADA DOS CANIÇOS – PÓVOA DE SANTA IRIA/FORTE DA CASA/VIALONGA – AUTO DE VISTORIA E RECEÇÃO DEFINITIVA E LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1737/14, de 12/12, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria e receção definitiva, bem como da liberação da totalidade da caução prestada, referentes à empreitada da reabilitação da estrada dos Caniços, na Póvoa de Santa Iria/Forte da Casa/Vialonga, adjudicada à Construções Pragosa, SA. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1737/14, de 12/12, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A análise deste ponto foi efetuada em conjunto com o ponto 16 da ordem do dia. ---
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira, com a necessidade ainda de se observar e monitorizar a situação, no que se reporta ao talude ou à base da estrada. -----

[Handwritten signature]

1. Assunto: BENEFICIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA JOÃO DE DEUS – VILA FRANCA DE XIRA – AUTO DE VISTORIA E RECEÇÃO DEFINITIVA, CONTA FINAL E LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1667/14, de 12/12, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria e receção definitiva, da conta final, bem como da liberação da totalidade da caução prestada, referentes à empreitada da beneficiação e ampliação do jardim de infância João de Deus, em Vila Franca de Xira, adjudicada à Socodefíl – Sociedade de Construções Manuel Delgado & Filhos, Lda. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1667/14, de 12/12, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----

Handwritten signatures

1. Assunto: PAVIMENTAÇÕES E RECARGAS DE PAVIMENTOS 2011 – PÓVOA DE SANTA IRIA, SÃO JOÃO DOS MONTES, VIALONGA E VILA FRANCA DE XIRA – CONTA FINAL-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 2/15, de 07/01, do DOVI/DOVI, para aprovação da conta final referente à empreitada de pavimentações e recargas de pavimentos 2011 – Póvoa de Santa Iria, São João dos Montes, Vialonga e Vila Franca de Xira, adjudicada à Construções Pragosa, SA.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 2/15, de 07/01, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo prescindem de intervir neste ponto.-----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO DA AML – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN) E EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) – ADJUDICAÇÃO DO LOTE 1/BTE E ANULAÇÃO DO LOTE 2/BTN -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 10/15, de 07/01, do DOVI/DOVI, para aprovação do relatório final de análise de propostas, do júri do procedimento de aquisição de serviços ao abrigo do acordo-quadro da AML – Fornecimento de energia elétrica em baixa tensão normal (BTN) e em baixa tensão especial (BTE), com proposta de adjudicação à GALP Power, SA, do fornecimento de energia elétrica em baixa tensão especial (BTE), referente ao lote 1, pelo valor de 125 326,01€, acrescido do IVA, pelo prazo de 6 meses a contar da data da assinatura do contrato, assim como da revogação da decisão de contratar referente ao lote 2 – Baixa tensão normal (BTN), dado que as duas propostas apresentadas foram excluídas, e ainda da minuta do contrato a celebrar com a GALP Power, SA.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 10/15, de 07/01, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, mencionando que gostaria de perguntar, atendendo a que há uma parte que não é considerada, pois a proposta é superior ao valor base, o que é que se segue agora. -----
Tomou a palavra o Sr. Vereador António Oliveira, respondendo que poderá deixar a resposta para a Engª Rosário Ferrão, mas a resposta é só a de que o procedimento foi feito, a EDP Comercial apresentou proposta de verba superior à exigida, e ficou



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 103

Reunião de 2015/01/14

Procº 32/14 DOVI-PS

Deliberação nº _____

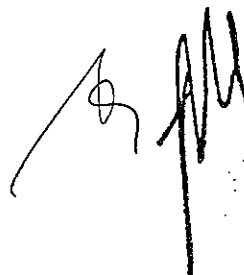
sem efeito. Agora fez-se um novo, pois aquele acabou. Dando um exemplo, o preço era 50, e a empresa propôs 51.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SALÃO DE ARTESANATO – DISCUSSÃO PÚBLICA-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 372/14, de 18/12, do DEC/Turismo, para aprovação da remessa para discussão pública do projeto de alteração ao Regulamento do Salão de Artesanato. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 372/14, de 18/12, do DEC/Turismo, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

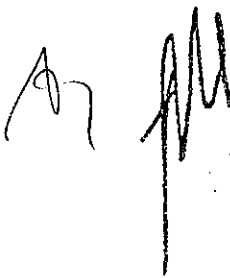


Fl. Livro _____
Fl. Ata 105
Reunião de 2015/01/14

Procº _____
Deliberação nº 014

1. Assunto: CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - ASSOCIAÇÃO DE NATACÃO DE LISBOA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 595/15, de 06/01, do DASDEDS/DDE, para aprovação da minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo, a celebrar com a Associação de Natacão de Lisboa, que define as condições para a cedência da Piscina Municipal de Vila Franca de Xira para a organização do Torneio de Preparação de Absolutos, nos dias 16 e 17 de maio de 2015, e do Campeonato Regional de Infantis de Piscina Longa, nos dias 26 a 28 de junho de 2015.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 595/15, de 06/01, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



Assunto: REGULARIZAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DA PIPA E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PONTÃO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – PROCEDIMENTO DE SEGURANÇA PARA OS TRABALHOS DE DESVIO DA REDE DE GÁS -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que há necessidade de aprovar um procedimento de segurança, um plano de segurança e saúde, para o pontão rodoviário do rio Grande da Pipa, que se prevê que esteja concluído no final deste mês. -----

Para o efeito este plano é absolutamente imprescindível, e aquilo que pede aos Srs. Vereadores é que lhe deem autorização para aprovar, e que depois seja ratificado na próxima reunião de câmara. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo que já lá vão uns anos que o próprio, precisamente para se evitarem situações de andar com obras sem ter o plano de segurança e saúde aprovado, questionou se não seria melhor aprovar, e depois trazer a reunião de câmara para ratificar. -----

Na altura disse que era uma questão de ver, em termos legais, que imputações isso teria, mas facilitaria muito, na pessoa do presidente da câmara, nestas situações, poder aprovar, uma vez que está aprovado tecnicamente. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que não pode estar mais de acordo, simplesmente não o autorizaram. Se se quer evoluir nesse sentido, pensa que a boa evolução e o desenvolvimento das obras aplaudem, até porque esta questão é eminentemente técnica. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que pode vir para ratificação, não há problema para os membros da CDU. -----

O Sr. Presidente retomou a palavra, mencionando que em próxima oportunidade poder-se-á analisar a sugestão que o Sr. Vereador Rui Pereira colocou. -----

Os Srs. Vereadores retiraram-lhe algumas competências, muitas vezes fruto de um determinado momento, e se calhar, se analisassem melhor, hoje tomavam outra decisão, mas foi o que foi. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, perguntando se esta competência já foi detida pelo Sr. Presidente, e se neste momento não a tem. Gostaria de saber quando é que lhe foi retirada, porque a anterior presidente de câmara disse que não a tinha.

O Sr. Presidente interveio, esclarecendo que não foi retirada, não foi dada. -----

A

Fl. Livro _____

Fl. Ata 107

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

Contudo, não interessa, para este caso em concreto, à medida que o trabalho se vai desenvolvendo, vai-se apercebendo que há coisas que não têm grande razão de ser. -----

Portanto, agradece, para que o desenvolvimento da obra se faça sem problemas. ---

Assunto: RESPOSTAS AO PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA DA REUNIÃO DE
CÂMARA DE 2014/12/30 -----

O Sr. Presidente interveio, referindo-se a questões que estão em atraso, que são as únicas, concretamente as respostas ao período antes da ordem do dia da última reunião de câmara, em Vialonga. -----

Nessa reunião respondeu às questões do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vialonga, foram 7 questões, respondeu a todas, e já enviou para os vereadores com responsabilidades nas diversas áreas para as analisarem, não em resposta, mas no próprio terreno ver o que é necessário fazer. -----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso falou, em termos gerais, nas condições das escolas de Vialonga, pensa que se falou sobre a matéria, assim como na EB 2,3 de Vialonga. Houve um debate muito interessante e vivo, e está mais disponível para encontrar soluções do que “atirar pedras” seja a quem for. Se se anda entretido a “atirar pedras”, se calhar falta energia para fazer aquilo que é absolutamente imprescindível, que é resolver os problemas. -----

Relativamente ao centro comunitário, a primeira fase do centro já se fez, agora há a segunda fase, as pinturas e outras coisas mais, e também alguns isolamentos. Já se fez uma parte do trabalho que é necessário, só que o volume financeiro era de tal ordem que se tiveram que fazer as obras de uma forma faseada e vão-se continuar a fazer este ano. -----

De qualquer modo, houve a preocupação de dotar para já o auditório com outras condições mais agradáveis, e espera que as pessoas usem convenientemente o espaço. É para isso que se fez esse investimento, e acredita que quanto mais condições se derem às pessoas mais elas também têm uma outra atitude. -----

Quanto à questão colocada pelo Sr. Vereador Nuno Libório, da urbanização do Olival da Porta, está-se a analisar, já deu instruções aos serviços para verem o que falta e como se pode resolver a situação. Tomou boa conta do que o Sr. Vereador disse, vai ver e, se for caso, como sugeriu, de acionar as garantias, assim se fará. -- Depois, o Sr. Vereador Nuno Libório referiu que Vialonga não tem investimentos na construção de equipamentos de utilização coletiva. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, perguntando, uma vez que os membros da CDU já fizeram a pergunta tantas vezes, se há ou não garantias bancárias no que



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 109

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

respeita à Encosta do Moinho.-----

Respondeu o Sr. Presidente que é uma questão que se tem vindo a colocar à administradora de insolvência.-----

Interveio de novo o Sr. Vereador Nuno Libório, perguntado se a administradora de insolvência não sabe responder.-----

Retomou a palavra o Sr. Presidente, respondendo que a administradora de insolvência vai respondendo com evasivas.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, perguntando como é que tal é possível, pois ou há ou não há.-----

O Sr. Presidente interveio, respondendo que há.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, perguntando então, se há, o que é que a câmara municipal espera para as acionar.-----

Retomou a palavra o Sr. Presidente, respondendo que a empresa está num processo de insolvência, e não é assim. As garantias fazem parte de um ativo da própria dívida, na qual a câmara municipal entra também como credora.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, perguntando se a mesma já se constituiu como credora.-----

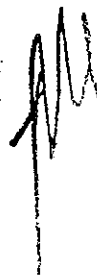
Respondeu o Sr. Presidente que já.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que muito bem, e não está a pôr isso em causa, como é óbvio, mas, porque os membros da CDU já colocaram a questão por mais do que uma vez, e para não se correr o risco de estarem a retirar ou a fazer uma conclusão baseada em poucos elementos informativos, solicita ao Sr. Presidente, se não se importar, que peça aos serviços que lhes faça chegar um relatório sobre qual é o estado de situação da urbanização, do ponto de vista da utilização das garantias bancárias, dos contactos efetuados e respostas entretanto dadas à câmara municipal.-----

O Sr. Presidente interveio, referindo que quem tem seguido esta matéria é o advogado da câmara municipal, e vai-lhe pedir para fazer esse relatório.-----

Tomou de novo a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que os membros da CDU já colocaram esta mesma questão vezes sem conta, e há coisas que às vezes não conseguem compreender.-----

O Sr. Presidente interveio, referindo que se começou com este processo das

Fl. Livro _____

Fl. Ata 110

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

urbanizações inacabadas, principalmente, em Vialonga.-----

Interrompeu o Sr. Vereador Nuno Libório, perguntando se se sabe do que se está a falar, pois mora lá muita gente, e não se está a falar de prédios inacabados, são pessoas que compraram, e que estão a pagar.-----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que são pessoas que fizeram um simples contrato e continuam lá a viver, o processo ainda não está finalizado. -----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que o Sr. Presidente seguramente estará mais informado do que o próprio, mas o que sabe é que a câmara municipal está em incumprimento para com esta situação. -----

Há um prazo para a garantia, um prazo de construção e realização das infraestruturas, que por norma vai de 3 a 5 anos, como o Sr. Presidente sabe, e se a câmara municipal não consegue garantir a boa execução dessas infraestruturas só tem uma medida legal, que é acionar as medidas, é aquilo que se fez para a urbanização da Cruz de Pau, que após muita insistência dos membros da CDU finalmente foi atendida, a bem dos moradores. -----

Assim, o que pede é a informação que referiu, quando assim for possível. -----

O Sr. Presidente respondeu que ser-lhe-á dada. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, reportando-se aos equipamentos de utilização coletiva, dizendo que pensa que o Sr. Vereador é extremamente injusto, e aquilo que o próprio gostaria ou pensava que o Sr. Vereador deveria dizer era outra coisa, era que os membros da CDU gostariam de ter mais. -----

Interrompeu o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que gostavam de ter os necessários para servir a população. -----

Continuou o Sr. Presidente, referindo que não reconhecer o que foi feito ao longo de alguns anos pelo Partido Socialista nos investimentos naquela freguesia é de facto não reconhecer esse mesmo trabalho, que é o das novas escolas; do novo centro de saúde, independentemente do acesso, mas é um centro de saúde que trabalha bem e que tem boas condições, que veio substituir um paupérrimo; e dos pavilhões desportivos, um construído no Bairro da Icesa, também conhecido pelo Olival de Fora, que é bastante frequentado, e o do Grupo Desportivo de Vialonga, onde também a câmara municipal esteve envolvida. Até ao final da década de 90 não havia nada disto, houve outras prioridades, mas não havia.-----

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 111

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que então não conheciam o mesmo concelho. -----

Respondeu o Sr. Presidente que é só ver, não havia. Sobre as questões factuais não há nada a fazer, é só ir ver. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que a carta dos equipamentos que o Sr. Presidente apresentou há poucos dias desmente a realidade que o mesmo quer fazer crer que existe. -----

O Sr. Presidente retomou a palavra, referindo que o Sr. Vereador Nuno Libório fica todo "empolado" quando o Sr. Vereador Rui Rei lhe responde de determinada maneira, mas agora o Sr. Vereador interrompe o próprio, e diz coisas que não correspondem à verdade, pelo que lhe pergunta o que é que quer que lhe diga. ----- Aquilo que lhe quer dizer é que o que acabou de referir é absolutamente verdade, e outra coisa que o Sr. Vereador Nuno Libório deve fazer, na sua opinião, e se o próprio fosse oposição era o que faria, é reivindicar outras necessidades que a freguesia de Vialonga tem. Contudo, ignorar o que foi feito é extremamente injusto. -----

Relativamente ao estacionamento da ABEIV - Associação Para o Bem Estar Infantil da Freguesia de Vialonga, houve necessidade de fazer um ajustamento no projeto, crê que já foi feito, há já o orçamento também, e vai-se ver se este ano se consegue fazer o tal estacionamento que é referido. -----

Depois, já pediu para se enviar o relatório do LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, relativamente ao aterro do Mato da Cruz, que chegou no dia 8 de janeiro, que ainda nem sequer teve ocasião de analisar, bem como os técnicos, porque é extenso. -----

Pediu à Valorsul que o enviasse em "CD", que é mais prático, não sabe se isso já foi pedido, mas se não vier entretanto em "CD" fotócopia-se o documento que se tem, para se entregar. O LNEC já faz praticamente um relatório final, e daquilo que teve ocasião de ler é um relatório que tranquiliza. Se calhar não leu as partes más, não sabe se as há também, mas daquilo que leu de facto a preocupação que se tinha talvez se desvaneça agora, com este relatório final. -----

O Sr. Vereador Aurélio Marques não está presente, de qualquer modo responderá às suas questões, designadamente quanto ao início as obras de adaptação do




Ninho de Empresas, que eram para começar em fevereiro.-----
Esclareceu a Engª Rosário Ferrão que as propostas vão ser abertas no dia 16 de janeiro, sexta-feira, vão-se analisar, e ver-se-á o que é que vem.-----
Perguntou o Sr. Presidente se em finais de fevereiro se está em obra, ao que a Engª Rosário respondeu que sim. -----
Interveio novamente o Sr. Presidente, dizendo que em setembro tem que estar pronto. A ANIMAR vai para outro sítio, apesar de com grande dificuldade. Já se arranjou uma solução, mas verdade se diga que não tem sido nada fácil. -----
Há ainda uma questão colocada pelo Vereador Aurélio Marques sobre a intervenção da estrada de Santa Eulália, e para além de a intervenção ter sido feita por troços, faltam valetas, pelo que pede ao Sr. Vereador responsável que possa responder, ou a Engª Rosário Ferrão. -----
Quanto ao gradeamento partido na urbanização da Quinta da Gaia, já pediu para os serviços irem ao local ver. -----
O Sr. Vereador Ernesto Ferreira falou sobre a Quinta da Flamengo, e está-se a tratar no sentido de conseguir colocar a segunda camada de betuminoso este ano, fechando também aquele processo.-----
Quanto ao Bairro Nascente do Cabo, e ao início das obras, se respondesse que era já amanhã estava a mentir, como é óbvio. É um processo longo, vasto, e tem que se verificar como é que se há de "pegar" nele, mas tem que se "pegar", provavelmente em termos de faseamento, porque não há condições financeiras para fazer tudo agora. O projeto existe como se conhece, e não sabe se, já sendo tão antigo, não tem que ser reavaliado, pelo que pede à Engª Rosário Ferrão que possa explicar melhor. -----
Interveio a Engª Rosário Ferrão, informando que se fez uma alteração ao projeto, que é constituído por duas fases, sendo que a primeira tem uma área maior. Foram consideradas as indicações dadas pelos moradores também, pois havia ali umas dificuldades de acessibilidades, e estão consideradas. -----
O Sr. Presidente retomou a palavra, dizendo que vai continuar com as respostas, porque os Srs. Vereadores colocaram 36 questões, e nestas 36 algumas são desdobradas, pelo que são quase 60. Os Srs. Vereadores nem têm a noção, mas o próprio escreve tudo, e depois do final da reunião de câmara, quando tem tempo,

corrige os apontamentos. -----

O Sr. Vereador Vítor Silva falou sobre o ALDI, mas já se falou hoje. -----

Sobre o antigo hospital de Vila de Franca de Xira, em parte já respondeu ao Sr. Vereador Vítor Silva, que há uma intenção do Ministério da Justiça de vir a aproveitar o antigo hospital, sendo que o interesse da fundação CEBI para a criação de uma unidade de cuidados continuados acabou. A fundação CEBI já informou a misericórdia que desistia desse processo. -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, perguntando se há outros interessados. -----

O Sr. Presidente interveio, respondendo que por vezes aparecem uns interessados, e é como na marinha, mas depois as coisas não evoluem. -----

Não cabe ao próprio ou aos presentes estarem a comentar o porquê, o que é um facto é que infelizmente não evoluiu. Tem todas as condições para o efeito, está lá tudo, é só alguém agora ter condições de "pegar" naquelas instalações, que fazem muita falta no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa, não só no concelho. -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, mencionando que aquilo de que falava e insistia era se não valeria a pena uma tentativa de conciliação entre a misericórdia e a fundação CEBI. Agora, havendo outros, caminha-se para outros. -----

O Sr. Presidente interveio, respondendo que essa possível conciliação já foi feita e não resultou. Há um momento em que não há condições, e tem que se partir para outras perspetivas. -----

No que respeita ao Vilafranca Centro, está tudo na mesma, a perspetiva daquilo poder ser utilizado para o Tribunal de Comércio não evoluiu, e agora ainda se está a ver a possibilidade da centralização dos serviços da câmara municipal lá, dependendo efetivamente da proposta que se apresente, que tem de ser aceitável. A proposta que se chegou a aprovar era no valor de cerca de 800 000,00€ por ano, nem se recorda, pensa até que era muito mais, mas não pode precisar. Contudo, pelos valores que estavam em cima de mesa na altura é impossível. -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que aquilo era propriedade da Circuitos, do grupo Obriverca, não sabe como está a situação, se é de insolvência. --

O Sr. Presidente interveio, respondendo que neste momento o que sabe é que está num plano especial de revitalização, que pode evoluir positivamente, mas ainda não se sabe. -----



Fl. Livro _____

Fl. Ata 114

Reunião de 2015/01/14

Procº _____

Deliberação nº _____

Sobre a estrada da Alfarrobeira, é uma matéria em que se está a ver se, junto da EDP, se conseguem tirar os postes do passeio.-----

Relativamente à intervenção da entrada norte, uma questão do Sr. Vereador Rui Rei, já se falou hoje. -----

Sobre os terrenos da ADP, os Srs. Vereadores já têm essa informação.-----

O Sr. Vereador falou também sobre a EB 2,3 de Vialonga, que o próprio teve ocasião de responder na altura, e não vai acrescentar mais nada, não vale a pena.-

Referiu-se também à falta de estacionamento junto à ABEIV, a que o próprio acabou de responder. -----

Quanto ao acesso ao Intermarché, já foi enviado o documento, e vão ser agora enviados os anexos, que parece que não chegaram.-----

O Sr. Vereador falou na possibilidade de dar continuidade a um passeio junto à urbanização paralela à variante, é uma matéria que se vai ver, bem assim como os caminhos de Fátima. -----

O Sr. Vereador falou sobre o processo dos bombeiros de Vialonga e do lar de idosos da ABEIV, e é uma matéria que, em termos urbanísticos, está consolidada. -----

Quanto à AUGI da Quinta da Fonte, o ponto da situação é o mesmo desde a última vez em que se fez uma análise, tendo estado presente na reunião de câmara uma advogada, que colocou uma perspetiva ou proposta, que depois não evoluiu. -----

No que respeita à pedreira da Solvay, está desativada, e não tem mais informação nenhuma de que venha a poder entrar em funcionamento. -----

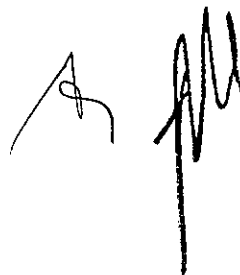
Relativamente ao antigo hospital da Flamenga, não há nenhuma informação.-----

Quanto à proteção civil e ao plano de emergência, solicita resposta ao Sr. Vereador António Oliveira. -----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, perguntado se a questão era se o plano está em vigor.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, esclarecendo que no ano passado uma informação do Sr. Presidente dizia que se estava na fase terminal de se ter o plano municipal de emergência concluído. -----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, respondendo que o plano está em vigor, está publicado no "site" da câmara municipal e foi publicado em Diário da Republica, na 2ª série, nº 82, de 29 de abril de 2014.-----



Assunto: ATA EM MINUTA DA REUNIÃO DE CÂMARA -----

Presente para aprovação a ata em minuta da presente reunião de câmara, com dispensa da sua leitura. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta da presente reunião de câmara. -----



Encerramento às 13h30. -----

Esta ata foi aprovada por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Aurélio Marques, na reunião de câmara de 2015/03/12, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. -----

E eu, Fernando Paulo Serra Barreiros, Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, a subscrevi. _____

O Presidente da Câmara Municipal,

- Alberto Simões Maia Mesquita -